

Reflexões sobre a Tolerância

"A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de **espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de **consciência** e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz".**

Declaração de Princípios sobre a Tolerância (Art. 1º - 1.1)

Ministério da Justiça



MJU00001429



ISBN 85-86435-28-1

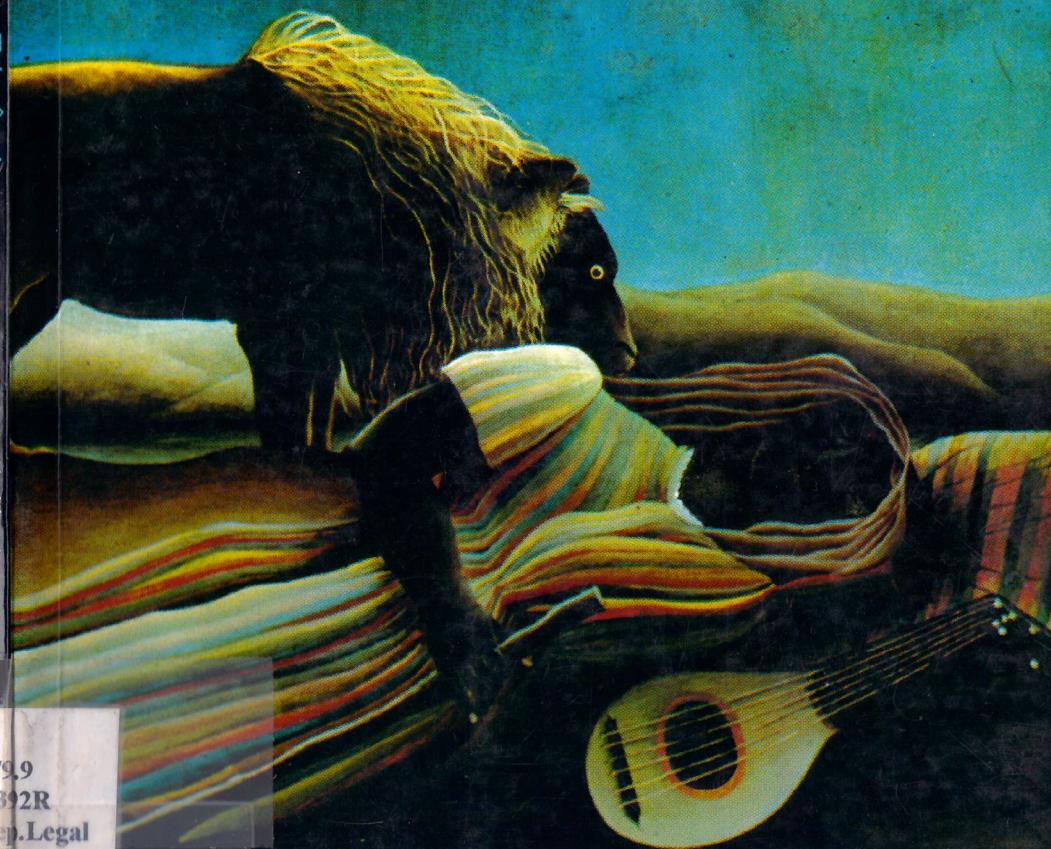
9 78858643520

Reflexões sobre a Tolerância

Rao V. B. J. Chelikani

Reflexões sobre a Tolerância

Rao V. B. J. Chelikani



179,9
C392R
Dep.Legal

Garamond

UNESCO

Ministério da Justiça

Livros no prelo - Edições UNESCO

O ensino superior e o Mercosul
Jacques Velloso (org.)

O direito à assistência humanitária
Vários autores

Política de mudança e
desenvolvimento no ensino superior
UNESCO

Declaração de Hamburgo sobre
educação de adultos
UNESCO

La desigualdad en América Latina
Bernardo Kliksberg

Educação: Um tesouro a descobrir
(reedição)
Jacques Delors (coord.)

As crianças e a violência na mídia
Vários autores

Cidadania e educação
Vários autores

As dimensões culturais da
transformação global
Lourdes Arizpe

Juventude e agricultura familiar
Vários autores

REFLEXÕES SOBRE A TOLERÂNCIA

VENDA PROIBIDA

UNESCO - BRASIL

Rao V. B. J. CHELIKANI

CONSELHO EDITORIAL

Jorge Werthein

Maria Dulce Borges

Célio da Cunha

COMITÊ PARA A ÁREA DE
DIREITOS HUMANOS E CULTURA DA PAZ

Carlos Alberto Vieira

Roberta Martins

Maria Filomena Gregori

TRADUÇÃO E REVISÃO

Catarina Eleonora F. da Silva

Jeanne Sawaya/UNESCO/BRASIL

ASSISTENTE EDITORIAL

Vera Ros/UNESCO/BRASIL

Representação no Brasil



SAS - Quadra 5 - Bloco H - Lote 6
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO - 9º andar
70070-914 - Brasília - DF - Brasil
Tel: (55 61) 223-8684
Fax: (55 61) 322-4261

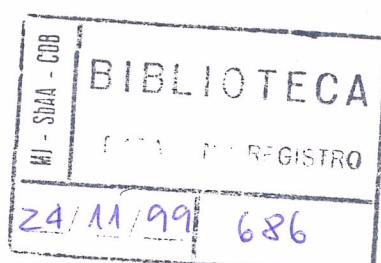
E-mail: UHBRZ@unesco.org

REFLEXÕES SOBRE
A TOLERÂNCIA

MEU COLEÇÃO
Nº 562428279

139.9
C3922
Dep. Legal

BBM/97



Garamond

UNESCO

Título Original: *Quelques réflexions sur la tolérance*,
publicado originalmente em 1994.

Copyright © 1999, UNESCO

Direitos cedidos para esta edição à
Editora Garamond Ltda.
Caixa Postal 16.230 Cep 22.222-970
Rio de Janeiro, Brasil
Tel: (021) 533-2476 Fax: (021) 532-5268
E-mail: garamond@pobox.com

Revisão
Fernanda Perestrello
Argemiro de Figueiredo

Editoração eletrônica
Espaço e Tempo

Capa
Traço Design
sobre fragmento de “A cigana adormecida”,
óleo de Henri Rousseau

As idéias e as opiniões expressadas nesta obra são do autor e não refletem, necessariamente, os pontos de vista da UNESCO.

Catalogação na fonte do
Departamento Nacional do Livro

C516r

Chelikani, Rao V. B. J.
Reflexões sobre a tolerância / Rao V. B. J. Chelikani; (tradução e revisão Catarina Eleonora F. da Silva, Jeane Sawaya).
Rio de Janeiro : Garamond, 1999.
76 p.; 14x21 cm.

ISBN 85-86435-20-1
Tradução de: *Quelques réflexions sur la tolérance*.

1. Tolerância. I. Título.

CDD-179.9

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por
qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 5.988.

SUMÁRIO

PREÂMBULO	7
NOTA SOBRE O AUTOR	9
RESUMO	11
I - A NATUREZA E A HISTÓRIA DO SABER	13
II - O CONCEITO DE TOLERÂNCIA E OUTRAS NOÇÕES CONEXAS ...	23
III - DEMOCRACIA	35
IV - EDUCAÇÃO	47
V - PROMOÇÃO DA TOLERÂNCIA	55
IV - UM MILAGRE É POSSÍVEL	65

PREÂMBULO

Esta publicação é uma primeira contribuição para o Ano das Nações Unidas para a Tolerância, 1995. Seu objetivo é chamar a atenção do grande público para o atual debate sobre a tolerância e incitá-lo a dele participar.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos membros do Comitê Permanente das Organizações Não-Governamentais Internacionais que, no âmbito da UNESCO, me proporcionaram a possibilidade, mas também a difícil tarefa, de refletir sobre os problemas da coexistência entre os homens em escala mundial.

O autor assume inteiramente a responsabilidade pelas opiniões expressas neste texto e esclarece que não representam, necessariamente, os pontos de vista de uma pessoa, organização ou instituição em particular.

Paris, 27 de outubro de 1994

NOTA SOBRE O AUTOR

Nascido em 1940, em Andhra Pradesh, Índia, Rao V. B. J. Chelikani estudou em diversas universidades na Índia e no exterior. Seu enfoque sobre as questões em discussão é aplicado e pluridisciplinar. Encontra-se, há muito tempo, a serviço do mundo das organizações não-governamentais, tanto em seu país quanto no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com sede em Paris, França, e está familiarizado com a engrenagem das diversas instituições do sistema das Nações Unidas. Rao Chelikani é um especialista convicto das relações internacionais. Seus numerosos contatos e amizades em meios socioeconômicos e culturais bastante diversos pelo mundo permitem-lhe tratar com rara verdade as questões da tolerância.

Conhecido pela originalidade de seu pensamento e de sua palavra, Rao Chelikani mostra sua visão de um mundo novo por sua maneira de viver, seus escritos, discursos, atos e sua força de persuasão. A presente publicação é uma ilustração do vibrante apelo que ele dirige a todos os homens de boa vontade.

RESUMO

I. A natureza e a história do saber

O saber é plural, relativo e evolutivo. Compreende aspectos subjetivos e objetivos. Novos métodos de tratamento do conhecimento emergem atualmente.

II. O conceito de tolerância e outras noções conexas

O conceito de tolerância é mais universal do que outros. A violência existe na natureza e na natureza humana. Convém salientar, de preferência, as responsabilidades sociais em vez das exigências. Dimensões coletivas e estruturais da paz e da justiça. Segurança, novo conceito para reorganizar as relações entre os homens, em particular, as relações políticas.

III. Democracia

É necessário promover os valores democráticos antes de recomendar qualquer sistema ou estrutura. O poder deve tornar-se, preferencialmente, expressão da disciplina coletiva que arte de comandar uma multidão: a primazia do direito é, a um só tempo, meio e fim.

IV. Educação

É essencial para impregnar as gerações futuras da filosofia da coexistência humana. Diversos enfoques da educação sobre valores. Informação científica sobre as raças.

V. Promoção da tolerância

É essencialmente uma questão de disposição e de atitude individual. É mais importante ser tolerável do que tolerante. A intolerância, em suas diversas formas, deve ser combatida, principalmente pelo Estado e pelas Nações Unidas. Novos códigos de conduta devem ser elaborados.

VI. Um milagre é possível

As Nações Unidas tornaram-se protagonistas. As aplicações da ciência e da tecnologia constituem, possivelmente, a chave das grandes transformações futuras. Como construir uma sociedade aberta composta de indivíduos tolerantes? As religiões devem desenvolver a espiritualidade de seus adeptos antes de nutri-los de teologia.

I

A NATUREZA E A HISTÓRIA DO SABER

Para compreender em que consiste o saber, é vital entender, a um só tempo, o ser humano e suas relações com o mundo exterior. O saber é uma reflexão sobre a experiência da existência e sobre suas diversas manifestações. *Grosso modo*, existem três tipos de saber: o saber que nasce da percepção, o saber conceptual e o saber intuitivo.

A percepção é o que se adquire por meio dos sentidos; a concepção, o que se deduz da experiência, e a intuição, o que o sujeito apreende diretamente do objeto. Mas a percepção pura, no sentido de simples sensação, não constitui por si só o saber. Podem-se observar diversidades, oposições e harmonias na natureza das coisas e em suas relações. Cada coisa possui qualidades universais e particulares. Cada ponto de vista subjetivo, a partir do qual tentamos conhecer ou descrever uma coisa, representa apenas um de seus inúmeros aspectos, virtudes e propriedades. Por exemplo, certas denominações podem remeter a uma coisa, a uma qualidade ou a uma ação. Os sentimentos humanos, tais como o amor altruísta, o medo da morte, o horror ao sofrimento, a vontade de sentir prazer e satisfação conduzem, efetivamente, ao saber quando intelecto e instinto estão unidos. Certos sentimentos relativizam o sofrimento e outros sublimam a alegria e o êxtase. É

o que se sente ao ouvir um belo trecho musical ou ao se observar a natureza em um momento privilegiado.

Da natureza, alguns filósofos apenas captam aspectos universais, substanciais e permanentes e dela rejeitam aspectos particulares que consideram efêmeros e ilusórios. Outros adotam método empírico e aceitam as coisas tais como são e como evoluem. Para eles, tudo se situa nos limites do espaço, do tempo e da relação de causa e efeito. A matéria e a energia, ou seja, as duas substâncias que compõem a realidade, podem tomar formas separadas e independentes, mas todos os nossos conhecimentos atuais, no âmbito nuclear e em astrofísica, continuam a fundamentar-se sobre esses dois parâmetros e sobre seus corolários que são a velocidade e a luz. De onde vêm as noções relativas de tempo e de espaço.

Entretanto, numerosos parapsicólogos, especialistas de antropologia cultural e chefes religiosos pensam que a totalidade do saber não pode ser reduzida ao que se considera hoje como saber científico. Para eles existe, no domínio da espiritualidade, um saber “revelado”, tal qual existem percepções e intuições extra-sensoriais. Em suma, é necessário haver uma observação perceptiva, um saber conceptual, uma experiência intuitiva, assim como um despertar espiritual para apreender a realidade e ultrapassá-la.

A compreensão da realidade faz parte do saber. Recorrendo ao intelecto, o sujeito tenta apreender o objeto, mas apenas com o pensamento, sem experiência nem intuição, não é, talvez, suficiente para apreender este objeto, já que sujeito e objeto estão em um fluxo permanente e em mutação perpétua. Um e outro, independentemente, e um em relação ao outro, mudam sob efeito do tempo, do espaço e da casualidade. Numerosos são aqueles que afirmam, alguns com base em longa prática, que a mente de um ser funciona em três níveis: o subconsciente, o consciente e o supraconsciente. A biologia molecular estabelece que cada célula

do corpo humano obedece a um programa interno e que suas funções estão em permanente evolução. Não conseguimos ainda compreender a lógica do funcionamento do infinitamente pequeno da célula humana, nem a do infinitamente grande das forças cósmicas que levaram ao nascimento da Terra e de todos os seus elementos. Lamentavelmente, nosso espírito nem sempre consegue romper a cortina do tempo, do espaço e da relação de causa e efeito. Nossos pensamentos provêm desse saber relativo, que trata subjetivamente todas as informações. Conseqüentemente, estamos sempre longe de captar a verdade absoluta que nos permitiria apreender também as verdades contidas nas outras religiões e filosofias. Mas existe um raio de esperança em todo esse mistério, já que filósofos nos garantem que determinado número de seres esclarecidos e de almas nobres e místicas, mundo afora, partilham uma visão comum da humanidade e que a essência da sabedoria individual desses grandes homens é fundamentalmente idêntica, mesmo se as religiões que prosperam em seu nome são diferentes. Sendo assim, como uma pessoa devota ou uma instituição religiosa poderia ser intolerante em relação aos pontos de vista e às práticas dos demais, sem ser injusta e infiel à sua própria religião?

Quando falam de verdade, todos os textos sagrados entendem, por isso, a busca suprema da liberdade espiritual. Estimulam-nos a crescer e a passar da consciência intelectual à consciência espiritual, o que nos poderia ajudar a ultrapassar nossa experiência puramente sensorial do medo, da insegurança e do sofrimento. Convidam-nos a acender a luz do saber para afastar a obscuridade da ignorância. Essa sabedoria é acessível apenas aos indivíduos corajosos e não-violentos que conseguem estabelecer um laço entre o eu e o meio ambiente. Tais personalidades podem, unicamente, propagar a paz e a nobreza de sentimentos.

O saber científico pretende avançar na compreensão do homem em interação com o meio ambiente, sem ter o objetivo pre-determinado de confirmar uma verdade preestabelecida. Contribui, assim, enormemente para o conforto humano no plano material. Seguramente, teorias opostas provocaram debates e controvérsias acaloradas, mas os cientistas, geralmente, não levaram seus desacordos a um grau de intolerância que conduzisse a massacres. Pelo contrário, ao examinar a história das religiões, observa-se que, em cada uma delas, houve várias pessoas que reivindicaram um saber divino, mas que apenas aquelas que contavam com o apoio do poder político passaram à posteridade como os verdadeiros condutores de dada religião. As “revelações” que determinadas pessoas tiveram não foram aceitas pelos líderes religiosos no poder, quando divergiam da doutrina religiosa estabelecida. Ao mesmo tempo, um rápido sobrevôo da história da humanidade permite-nos adiantar que a maioria dos massacres deveu-se, primeiramente, ao desejo de um grupo de dominar politicamente outro grupo e, segundo, à vontade de um grupo de impor suas convicções ou seu saber religioso a outro grupo. Pode-se, consequentemente, dizer que, diferentemente dos defensores do saber científico, os defensores do saber eclesiástico demonstraram bastante intolerância uns em relação aos outros em nome das mensagens espirituais “reveladas”.

Assim, o saber é plural e relativo, de um ponto de vista tanto epistemológico quanto metafísico. É um processo sem limite e sem fim; não existe saber algum absoluto que seja incontestável e aceito por todos. Aliás, a própria noção de aceitação geral é, hoje, um conceito relativamente novo, impregnado de valor democrático, já que ser aceito significava, até há muito pouco tempo, ser reconhecido pelas autoridades tradicionais da área considerada.

O saber acumulado, reconhecido e reafirmado pela experiência, torna-se sabedoria. Outrora, esta era um trunfo para aqueles que buscavam conquistar o poder; além do mais, estes eram

poucos e pertenciam a determinadas categorias sociais. Mas, em todos os casos, a sabedoria e os valores adquiridos no plano individual foram sendo gradualmente institucionalizados e os organismos religiosos que os codificaram em palavras recitadas e, mais tarde, em textos escritos, tornaram-se seus depositários. Ainda que se possa considerar essa transformação como fenômeno permanente e necessário, ocorreu, inevitavelmente, um distanciamento entre a sabedoria vivenciada pelo iniciador original e a sabedoria professada por uma instituição que, obrigatoriamente, tinha adquirido influência, poder e determinado nível hierárquico, privilégios e riquezas. A interpretação da sabedoria da qual é depositária foi confiada a personalidades que tinham dado prova de credibilidade e de respeitabilidade, bem como haviam demonstrado que podiam, legitimamente, impor sanções sociais. Esses homens (excepcionalmente, algumas mulheres) usando de discernimento, intuição e capacidade de julgamento, souberam buscar nesse fundo comum de valores e de sabedoria, para prover as necessidades sociais de sua época, a segurança do grupo e os interesses da ordem estabelecida – dos quais eram membros eminentes. Alguns dentre eles chegaram até a ser reconhecidos como “infalíveis”. Mas em seguida ocorreram, por vezes, conflitos entre a sabedoria institucional e o saber individual que, por vários motivos, a primeira não havia assimilado. Esse saber “não-tolerado” procedia de diversas áreas e, particularmente, das interrogações empíricas sobre a origem do cosmo, da Terra, da raça humana, sobre a pureza racial ou o “povo eleito”, sobre as “verdades reveladas”, as descrições teológicas de Deus, sobre a liberdade e a dignidade do indivíduo.

A lista é longa de todos aqueles que, no decorrer da história, foram aprisionados, banidos, soterrados, queimados, envenenados ou assassinados por isso. Por outro lado, não se deve esquecer que, paralelamente, as religiões foram, em toda parte, a única

fonte de inspiração da ordem e da moral sociais e que apaziguaram, ao longo dos séculos, muito sofrimento físico e mental. Mas não se trata, aqui, de medir a contribuição geral das religiões para a humanidade. Seguramente, os sentimentos religiosos e, em particular, numerosos rituais sagrados forneceram o cimento necessário para assentar solidamente as fundações de múltiplas instituições sociais, tais como o casamento ou a família.

Contudo, dissidentes foram perseguidos porque se acreditava necessário manter a estabilidade e a harmonia sociais e opor-se a pessoas que não tinham sido incumbidas de tais responsabilidades, independentemente do mérito do que afirmavam. Para a instituição, a sabedoria era preservar, a qualquer preço, a sobrevivência do grupo e, em consequência, do indivíduo, e satisfazer determinadas necessidades coletivas mínimas. Entretanto, essa sabedoria institucionalizada não era totalmente “impermeável”, ainda que certos aspectos não pudessem ser questionados, já que haviam sido “revelados”. Existia, em todas as sociedades, um mecanismo reconhecido para analisar as informações recebidas, os novos conhecimentos adquiridos, os problemas que surgiam e para interpretá-los em função das necessidades da época. Mas sempre houve um patamar de tolerância além do qual nenhuma interrogação científica, opinião ou hipótese religiosa, nenhum comentário sobre textos sagrados eram admitidos. Da mesma forma, qualquer outra sabedoria institucional introduzida por invasores ou por simples imigrantes não era acolhida e, menos ainda, assimilada além de determinados limites. Entretanto, o confronto de idéias, crenças e práticas felizmente continuou, de maneira permanente, entre as diversas raças, culturas e civilizações no decorrer da história da humanidade. Mas não sem conflitos, violência, grande sofrimento e derramamento de sangue. Evitaremos afirmar, de um ponto de vista darwiniano, que sempre foi o melhor que sobreviveu a esses conflitos e que nos foi legado. Com

freqüência, sociedades sedentárias, estáveis e prósperas que haviam alcançado elevado nível de bem-estar, na paz e na tranqüilidade, foram facilmente conquistadas por tribos nômades simples e robustas, de passagem, e cujo modo de vida consistia em destruir vidas e bens, confiscar e carregar ouro, armas, animais e víveres. Tinham poucas possibilidades de se apoderar de idéias abstratas, de símbolos de saber e de práticas de sabedoria, exceto quando houve mistura de populações, adaptação ou adoção culturais.

Mais tarde, quando exércitos politicamente organizados passaram a invadir outros povos, numerosas civilizações, culturas, línguas e até mesmo raças e comunidades, podendo comportar vários milhões de pessoas, foram riscadas do mapa. Nossos arqueólogos conseguiram encontrar vestígios de sua existência e identificar alguns elementos do saber e das realizações que contribuíram para a evolução da humanidade apenas para reduzido número de comunidades e apenas de sua história recente. Sem dúvida, os instrumentos científicos de que dispomos nos permitem ler com precisão nossa história não-escrita. Mas determinados povos conquistados foram escravizados e obrigados a mudar de religião. Suas criações culturais, bibliotecas, objetos, esculturas, pinturas e monumentos, em especial, foram mutilados ou destruídos. Nenhum período da história e nenhum continente habitado ou colonizado pelo homem foram poupadados pelo destino. Antigas cidades religiosas foram demolidas ou reconstruídas para abrigar novos cultos religiosos ou monumentos levantados à glória de guerreiros vitoriosos. Entretanto, apesar de um processo destruidor tão aperfeiçoado, no qual, cada vez, muito desaparecia e pouco era salvo, herdamos um patrimônio comum apreciável. Uma Convenção Internacional sobre conservação e restauração dos monumentos e dos sítios históricos foi assinada em 1966, mas coloca-se um problema muito complexo e delicado em relação aos edifí-

cios históricos vinculados a várias identidades. Como dar a conhecer o passado dentro de um espírito de tolerância?

O confronto entre a sabedoria estabelecida e o questionamento religioso individual conduziu, no passado, ao nascimento, por exemplo, do budismo, do xiismo e do protestantismo que, mais tarde, se tornaram, eles próprios, religiões estabelecidas. Nossos atuais conflitos com seitas que se constituem devem ser igualmente considerados na mesma perspectiva histórica, ainda que numerosos adeptos da sabedoria estabelecida julguem que essas seitas não são, certamente, tolerantes. A questão que permanece eternamente sem resposta é saber em que medida uma dada sabedoria estabelecida está mais próxima da verdade do que outra sabedoria estabelecida existente em sua vizinhança. O que deve ser tolerado e até que ponto ser tolerante? A pergunta desconcerta as pessoas mais bem-intencionadas, ainda que os obscurantistas perseverantes considerem que ser tolerante consiste em manter-se distante de um mal que mereceria, normalmente, ser eliminado.

Os mecanismos de tratamento dos novos conhecimentos em uma sociedade adepta de uma sabedoria estabelecida evocada anteriormente sofrem, hoje, transformações radicais. Na verdade, eles não são mais eficazes. Atualmente, o que denominaríamos, de bom grado, de a era da informação, testemunho da revolução eletrônica das comunicações, estancou esses processos, pelo menos devido à sua rapidez, e pede novas modalidades de interação mais numerosas e de melhor qualidade. Embora existam defensores da pureza doutrinária que recorrem a modernos meios para afirmar o caráter único de sua raça ou de sua religião, os partidários de uma sabedoria estabelecida não têm tempo para receber novas informações e para interpretá-las com serenidade, de acordo com os princípios fundamentais da doutrina. A transmissão do saber é cada vez mais despersonalizada. A função da memória é,

em parte, retomada pelos *chips* eletrônicos. As mídias eletrônicas transmitem novos desafios, conceitos, interrogações, descobertas e grande número de novidades e problemas, em tal velocidade e com tanta diversidade, que nenhuma instituição, e *a fortiori* nenhum indivíduo, tem a capacidade de absorvê-las, digeri-las e extrair delas um sentido coerente. No momento, estamos à espera de um profeta cibernetico que nos prediga o que vai acontecer com a inteligência humana e com a busca da verdade.

II

O CONCEITO DE TOLERÂNCIA E OUTRAS NOÇÕES CONEXAS

Desvinculada de um contexto geográfico, jurídico ou histórico, específico, a noção de tolerância é aceita de modo mais universal do que o conceito de direitos humanos. Preocupado em fazê-la progredir eficazmente, limitaremos nosso estudo a seus aspectos mais essenciais, sem estendê-lo a todos os assuntos conexos.

No contexto da preparação e da celebração do Ano das Nações Unidas para a Tolerância, é preferível, por uma questão de clareza, excluir de vez as conotações da palavra tolerância que remetem a uma atitude de condenação moral, à capacidade fisiológica de suportar determinados remédios ou a uma decisão dos poderes públicos tomada com base em considerações de ordem política, teológica ou jurídica.

Para resumir, o uso moderno e a análise filosófica incluem, em qualquer definição contemporânea de tolerância, determinado número de elementos. A tolerância é, essencialmente, uma virtude pessoal que reflete a atitude e a conduta social de um indivíduo ou o comportamento de um grupo. Pode ser a idéia, a capacidade ou o gesto de voltar-se para uma realidade diferente de sua própria maneira de ser, de agir ou de pensar. Pode ser uma postura

indiferente ou voluntariamente neutra de reconhecimento da existência da diferença ou, então, uma atitude de resistência paciente mesclada de desaprovação. Pode, também, consistir em aceitar a diferença, vendo nela uma fonte de enriquecimento, em vez de demonstrar permissividade em relação às coisas, boas ou más, sem julgá-las.

1. Direitos humanos

A contribuição mais específica da Carta da ONU e da Assembléia-Geral da ONU é colocar o indivíduo no centro de todas as relações internacionais e da diplomacia, quando, no passado, os direitos dinásticos dos reis é que estavam no cerne de todos os conflitos e de todas as negociações. Os aspectos humanitários do direito internacional, da Declaração Universal, assim como os dois Pactos relativos aos diversos direitos humanos, confirmaram, em particular, a primazia do indivíduo. Além disso, como reação à anterior consagração dos direitos reais, os direitos do indivíduo receberam, como é compreensível, demasiada importância, enquanto se esquecia de enfatizar os deveres e as responsabilidades que cabiam a esse mesmo indivíduo. Entretanto, os documentos da ONU reafirmaram, com freqüência, que a tolerância no indivíduo é elemento essencial para a construção da paz. Além disso, ainda que o direito internacional trate tradicionalmente das relações entre os Estados, os documentos jurídicos da ONU criam e impõem, cada vez mais, obrigações para os indivíduos e para os grupos. Algumas das resoluções da ONU levaram à emergência dos “direitos coletivos” que constituem, de certa maneira, a terceira geração dos direitos humanos em relação aos direitos individuais já reconhecidos nos dois primeiros Pactos.

Na teoria, as declarações adotadas pelos Estados deveriam preparar o caminho para a assinatura ulterior de convenções ou de tratados. Essas convenções deveriam, posteriormente, ser

ratificadas pelos parlamentos nacionais. A primazia desses textos sobre a legislação nacional deveria ser reconhecida pelos tribunais nacionais. O indivíduo deveria ter a possibilidade de contestar, se necessário, essas convenções ou sua aplicação ante as jurisdições internacionais. Estamos longe disso e resta, como vemos, um longo caminho a ser percorrido para tornar os direitos humanos uma realidade plena. Além desses mecanismos jurídicos, falta ao indivíduo, na maioria dos países em desenvolvimento, preparação mental para impregnar-se do espírito desses direitos e os Estados não possuem os recursos econômicos e sociais necessários para garantir a todos os cidadãos. Esta preparação mental só pode ocorrer em clima democrático. Em outros termos, o nível de receptividade aos direitos e deveres individuais depende, em uma sociedade, do nível da democracia nessa mesma sociedade.

Em todo caso, o espírito de tolerância deveria preceder a afirmação dos direitos. Mas seria uma idéia inoportuna confundir direitos humanos com tolerância. De fato, numerosos campeões de tolerância abstêm-se de assimilá-la aos direitos. Caso reduzamos a tolerância a algo que reclamamos de outrem, então será preciso saber que perdemos uma nova oportunidade de promover a paz e a compreensão. A tolerância é, antes, expressão da aptidão para a paz, que exigência dirigida a outrem. Na realidade, é uma exigência para si mesmo.

Existe, hoje, acentuada semelhança entre a maneira como se tenta promover os direitos humanos, por um lado, e o modo como se fomenta a economia de mercado, por outro, em todos os países em desenvolvimento. Espera-se, ao se reivindicarem os direitos, que a paz esteja no fim do caminho como se espera que a busca individual do lucro gere prosperidade. Lamentavelmente, não se vê que, no âmbito dos direitos humanos, é preciso garantir o reconhecimento mútuo dos direitos e, no da economia de mercado, deve-se garantir o enriquecimento mútuo graças ao inter-

câmbio de bens e serviços. Deixa-se, nos dois enfoques, de formular uma pergunta essencial: quem, de fato, assumirá essa responsabilidade social? Pois não é, seguramente, desenvolvendo o egoísmo que se garantirá o bem comum. É, bem-entendido, por intermédio da educação que se ajudará o indivíduo a determinar os direitos que ele poderá reivindicar, os bens e serviços de que poderá necessitar e, sobretudo, o que oferecerá como retorno à sociedade. A sociedade é como um banco: supõe que se saca menos do que se deposita. Não se deveria esquecer de que os direitos e deveres são definidos em relação à sociedade e que o gozo dos direitos implica a aceitação de deveres. Nossa educação social deveria promover essa aceitação e nossa democracia social deveria colocá-la em prática.

Não resta a menor dúvida de que a noção dos direitos do homem e a das liberdades fundamentais fazem parte dos valores universais que se vão tornar os princípios fundamentais do século XXI. Mas deveríamos cuidar para que não fossem consideradas como valores estranhos impostos por uma sociedade dominante. Deveríamos nos empenhar para reforçar sua aceitabilidade envolvendo outras culturas e outras noções jurídicas na expansão e na promoção desses valores cuja vocação é universal.

Por ocasião do encerramento da quinquagésima sessão da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, em 11 de março de 1994, seu presidente reconheceu que, apesar de determinados avanços, o órgão tinha dificuldades em centrar melhor sua atenção sobre o que se havia denominado de “novas realidades” de uma nova era para os direitos humanos surgidos durante a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena, em junho de 1993. Evocando essas novas realidades aludia, seguramente, às dificuldades assinaladas por numerosos Estados nascidos bem após 1948, ano de adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Da mesma forma, os dois Pactos que a suce-

deram englobaram tantas necessidades humanas que mais parecem uma lista de aspirações do homem do que de direitos realizáveis na prática e justificáveis no plano jurídico. Não deve, então, ser motivo de surpresa que numerosos Estados do mundo em desenvolvimento, combalidos por múltiplos problemas econômicos, sociais, culturais e políticos, sejam incapazes de respeitar essas prescrições e adotem, habitualmente, posição defensiva durante os encontros da ONU, ao mesmo tempo em que procuram não desagradar aos governos que concedem empréstimos e às instituições multilaterais de assistência.

Uma vez que o contexto histórico dos países da Europa ocidental e da América do Norte criou condições favoráveis para uma cultura dos direitos, os dirigentes dos novos países do mundo em desenvolvimento com bom desempenho econômico pensam que é impossível promover os direitos humanos em situação de pobreza, de subdesenvolvimento, de injustiça social e econômica e com relações internacionais injustas, desiguais e não-democráticas. Inspirando-se em filosofias orientais, propõem, ao contrário, em um primeiro momento, outros valores que poderiam ser observados em escala universal e, em particular, nos países em desenvolvimento. A solidariedade familiar, a educação, o amor ao trabalho, a austeridade, o sentido da economia, a poupança, a identidade social são alguns dos valores que podem conduzir ao progresso econômico e social.

É mais do que tempo de considerar as preocupações primeiras e as prioridades dos países em desenvolvimento e de levá-los a “tornarem suas” essas aspirações que projetamos conjuntamente. Trata-se, “por excelência”, de um ato de tolerância.

2. Agressividade e violência

Graças à tolerância, diz-se que se podem evitar o ódio e os conflitos e recorrer a métodos não-violentos para resolver con-

trovésrias. Entretanto, é forçoso constatar que, na natureza, a agressividade e a violência são bem corriqueiras no processo de sobrevivência e que, provavelmente, são reflexos atávicos que subsistem no ser humano. A Declaração de Sevilha sobre a violência, a primeira no gênero, elaborada por vários cientistas eminentes e, posteriormente, confirmada por geneticistas, afirma que o homem não possui em seus genes programa inato predispondo à agressividade ou à violência, exceto em casos psicopatológicos. Mesmo nesses casos, hoje é possível, pelo menos em teoria, manipular os neuromediadores que agem sobre os diversos receptores do cérebro para aumentar ou diminuir o comportamento agressivo. Cabe, agora, à bioética decidir se é necessário ou não intervir e, em caso afirmativo, em quais circunstâncias. Sentimentos tais como o ódio, os preconceitos e a intolerância são claramente reflexos adquiridos que podem conduzir o homem a agir para se proteger, exercer represálias ou ter um comportamento violento em relação a outrem.

Podemos nós, todos juntos, eliminar de uma vez por todas o instinto agressivo que existe no homem? Em um diálogo com Einstein, promovido em 1932 pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, organismo predecessor da UNESCO, Freud tentou identificar os motivos que levam os seres humanos a cometer atos de guerra e violência. Segundo ele, o indivíduo encontra determinado tipo de prazer em atos agressivos e destrutivos. Numerosos exemplos de crueldade na vida cotidiana confirmam a existência e a força de tais motivos que são, freqüentemente, subjacentes a outras motivações – sexuais, idealistas ou religiosas. Conseqüentemente, deveríamos nos empenhar, de acordo com Freud, não em eliminar totalmente o instinto agressivo no homem, mas em desviá-lo para outras expressões que não a guerra. A vontade de acabar com o sofrimento e as privações na sociedade, a luta pela justiça, a busca da verdade, o desejo de elevar o ser humano a níveis superi-

ores de perfeição poderiam ser o tipo de motivação a ser estimulada. A ciência do comportamento aprimorou-se, desde então, e contribuiu para canalizar esse instinto, propondo numerosos modelos modernos de êxito na vida. Dois traços essenciais da modernidade são, por conseguinte, o reforço do intelecto sobre o físico, que começou a dominar nossa vida de impulsos, e a interiorização das pulsões agressivas. Não há dúvida de que a educação tem um importante papel a desempenhar, junto com a família, no direcionamento do instinto agressivo para modos civilizados de expressão, especialmente, na busca de valores humanos mais elevados, na pesquisa científica e nas atividades artísticas que conduzam a um nível de consciência mais elevado.

3. Paz e justiça

Há inúmeras falsas idéias sobre a paz que devem ser esclarecidas. De acordo com nossos relatos mitológicos, o local da última paz é uma terra de abundância onde os homens e mulheres têm como única ocupação beber e dançar. É provável que nossos ancestrais pastores, provavelmente, necessitassem sonhar com tal destino idílico. Como se deslocavam em bandos à procura de pastagens – ocupando terras alheias ou protegendo as suas –, desenvolveram uma cultura de guerra na qual todos os valores, virtudes e aspirações espirituais do homem eram descritas e codificadas em linguagem belicosa. Nossas mais belas narrativas épicas descrevem, portanto, os heróis como homens ou deuses de alma guerreira. A violência refinada era onipresente, tanto quanto nos modernos programas de televisão. Para descrever os esforços que podemos fazer para dominar a brutalidade de nossos próprios instintos físicos e mentais, os esforços de autodisciplina ou a busca interior para uma conduta justa e não-violenta, falava-se de “luta interior” contra si mesmo. Ainda hoje somos, em ampla medida, vítimas dessa terminologia.

Se a tolerância é uma virtude individual, a paz remete a uma perspectiva muito mais ampla. Nem tudo pode ser resolvido na prática da tolerância, ainda que ela possa, a longo prazo, contribuir para soluções. Em determinadas situações de injustiça, a tolerância pode mesmo equivaler à acomodação ao *statu quo*, à cumplicidade e ao fatalismo, em particular, quando a intolerância tem raízes coletivas ou institucionais. A tolerância consiste em ter crenças e aceitar dialogar com outras pessoas que têm convicções diferentes. É chegar a um consenso com os outros para estabelecer uma coexistência dinâmica e engajar-se em um processo de enriquecimento mútuo permanente.

A tolerância é um estado mental suscitado por uma realidade externa que se traduz por determinado comportamento, enquanto a paz em um indivíduo é um estado do ser que reflete toda a sua filosofia de vida. A paz depende dos esforços combinados de todas as instituições sociais, políticas, econômicas e religiosas. Requer tolerância, profundo respeito pelo outro, solidariedade diligente entre todos os homens e todas as mulheres, justiça e serenidade, democracia e respeito aos direitos humanos. Promover a tolerância é, essencialmente, investir no indivíduo, enquanto a promoção da paz obriga, ademais, a operar profunda reforma institucional difícil de imaginar e para a qual não dispomos de modelo. Nas relações internacionais contemporâneas é sempre o mais forte que tem a última palavra e que determina o que é bom para todos. Às vésperas do século XXI, acabamos de recuperar o velho princípio que nossos ancestrais usavam no tempo em que viviam na selva ou nas cavernas: o homem dá o melhor de si apenas quando busca satisfazer seus apetites pessoais! E nós esperamos instaurar a paz no mundo e no espírito dos homens por meio da busca desenfreada do proveito pessoal e confiando nosso destino ao livre jogo das forças da oferta e da procura. Aliás, não transformamos, na busca de mão-de-obra barata, nossos irmãos e

irmãs da África em escravos? Não temos nós ainda um sistema de trabalho que se aparenta à servidão? E não continuamos nós a produzir e a vender armas mortíferas para obter lucro?

Se a vítima de uma discriminação institucionalizada dissemina ódio, recorre à violência e quer ferir fisicamente uma categoria ou um grupo de indivíduos, tal situação não se reduz a uma questão de intolerância e a solução não reside na promoção da tolerância. Trata-se de um problema de paz e de justiça, no qual todos os parceiros, tanto aqueles que protestam contra as estruturas sociais existentes como aqueles que as defendem, deveriam encontrar-se para dialogar e iniciar reformas. O contexto mais apropriado para isso é a democracia, cuja missão é contribuir para a gestão ordenada e a dinâmica das relações sociais entre os homens na justiça e na harmonia.

Muitas injustiças flagrantes são, de fato, problemas estruturais que geram violência e sofrimento para aqueles que são vítimas. Por sua vez, estas tendem a ser intolerantes e violentas. E constroem-se ideologias para justificar essas tendências. Assim, a indignação moral conduz, com freqüência, os anarquistas e os comunistas à intolerância. Mas não basta impedir alguém de cometer atos violentos, é preciso ajudá-lo a não mais sentir impulsos de violência. Se mantidos constantemente em mente, a cólera, a intolerância e o ódio causarão muitos estragos, em primeiro lugar, na própria pessoa, quer os exteriorize ou não. A neurofisiologia e a psiquiatria confirmam que é a cólera não expressada que mais faz estragos. Um estado mental de não-violência, ao contrário, gera serenidade, afabilidade, amor e compaixão pelo outro, sem os quais é impossível fazer surgir a harmonia social entre populações diferentes. Importa, assim, compreender as razões e os reais motivos da violência: esta pode ter raízes, quer estruturais, quer individuais, ainda que esses dois aspectos sejam mais ou menos ligados. Convém estudar as origens de or-

dem estrutural de um ponto de vista sociológico e unicamente as origens de ordem pessoal poderiam estar relacionadas à questão da tolerância. Todo ser humano tem o dever de questionar as situações que comportam injustiça fundamental para si próprio ou para outrem e esforçar-se para corrigi-las. Evitar o confronto e o conflito, em tais situações, remete, não à tolerância, mas à cumplicidade. Modificações estruturais são indispensáveis para que novos comportamentos se instalem entre os grupos. A justiça é, tanto quanto a paz, uma virtude em si e é, inextricavelmente, ligada à verdade, à qual todas as religiões aspiram. Todos os grandes homens lutaram pela justiça tal como era compreendida na sua época.

4. Segurança

Assim como o fogo, o poder é uma invenção do homem; serve para estabelecer na sociedade uma ordem que dê segurança aos indivíduos, tanto no que se refere à sua pessoa física, quanto a seus bens. Os conceitos de poder e de segurança são fatores fundamentais que regem numerosas relações humanas e estão na base de todas as instituições públicas e privadas. Tradicionalmente, o Estado assumiu sozinho a responsabilidade da segurança, ainda que parcelas dessa responsabilidade sejam exercidas por outras instituições sob sua supervisão geral. Com o tempo, as necessidades humanas multiplicaram-se e, com elas, as exigências de segurança. Entretanto, o Estado não se encontra em condições de responder às necessidades sofisticadas de milhões de pessoas e assegurar-lhes proteção de vida, conforto físico, emprego, saúde e higiene, alimentação e meio ambiente saudável. No entanto, é essencial livrar-se do medo para libertar-se, em seguida, do sentimento de insegurança e de qualquer agressividade, violência e intolerância. As pessoas que se sentem inseguras freqüentemente são intolerantes. Mas o sentimento de insegurança persiste no espí-

rito das pessoas em todos os Estados, mesmo nos mais poderosos da Terra. Observam-se em todo mundo, na periferia de centros urbanos prósperos, numerosas zonas inseguras onde nem a própria polícia, sem mencionar o comum dos mortais, ousaria se aventurar. O Estado, como órgão soberano, não pode garantir plenamente a liberdade, mesmo em um regime democrático. Além disso, com o tempo, começamos a raciocinar, não em termos de necessidades de segurança, mas em termos de interesse do Estado e do caráter sagrado das fronteiras políticas, o que contradiz nosso objetivo primeiro de organizar a sociedade. Por isso, é essencial, em toda sociedade civilizada, que os cidadãos informem periodicamente, ou mesmo constantemente, suas necessidades de segurança e que tentem, em consequência, adaptar suas estruturas sociais e políticas.

Esta análise do fundamento de nossas instituições políticas ensina-nos que, para garantir, no futuro, a segurança dos indivíduos, teremos de contar com múltiplas solidariedades, em vez de recorrer apenas aos mecanismos do Estado. A vizinhança, a sociedade civil, as ONGs, os governos e os organismos intergovernamentais da região, todos têm algo a oferecer para responder às necessidades de segurança do indivíduo. Por exemplo, existem aproximadamente duzentos organismos intergovernamentais – incluindo as instituições do sistema das Nações Unidas – e mais de 50.000 ONGs que atuam diretamente a serviço do indivíduo, tendo como proposta o interesse geral, enquanto os Estados se preocupam, antes de tudo, com os interesses nacionais. A redução das despesas militares, o aumento do investimento em vista do desenvolvimento de recursos humanos, da pesquisa, do progresso e das aplicações da ciência e da tecnologia, assim como a democratização e o fortalecimento dos diversos órgãos e instituições das Nações Unidas, são algumas das medidas que viriam a contribuir sensivelmente para diminuir a insegurança.

III

DEMOCRACIA

A democracia é o compromisso, assumido por determinado número de pessoas, de viverem juntas pacificamente e de guiarem-se em função de certos valores, tendo em vista a satisfação de suas necessidades e aspirações individuais e coletivas.

Para serem universais, os valores propostos deveriam ser o denominador comum dos valores divergentes, até mesmo, antagônicos, aos quais aderem todas as várias etnias, culturas e religiões presentes na sociedade. Para serem pertinentes e aceitáveis é importante que esses valores correspondam à evolução histórica das sociedades consideradas. Em um mundo cada vez mais interdependente e em mutação rápida é, entretanto, possível acelerar essa evolução, a fim de economizar possíveis revoluções para se chegar a um consenso sobre determinados valores comuns. Os valores universais não são como sementes aperfeiçoadas em laboratório e exportadas mundo afora para serem semeadas em diferentes campos e para que se obtenham, em toda parte, as mesmas plantas e a mesma qualidade de colheita.

A democracia não é, tampouco, um deus de Atenas a quem bastamos invocar para que floresça no mundo, como muitos bem-situados no governo parecem pensar. Antes de sair mundo afora para pregar democracia política como solução pronta para reme-

diar a maioria dos males da Terra, seria necessário ver se existem parcelas de valores democráticos nas diferentes sociedades e promovê-las onde quer que existam. Esses valores devem, primeiramente, desabrochar plenamente na sociedade, antes que se possa esperar uma verdadeira democratização do regime político local. Caso partamos, ao contrário, do topo da pirâmide, obteremos, nos países pobres, apenas democracias pervertidas. Como sistema político, a democracia poderia, mais tarde, proteger os grupos sujeitos à exploração, mas em última análise, são os indivíduos pertencentes às minorias e aos próprios grupos vulneráveis que deveriam reagir contra sua situação social e propor, à maioria, um modelo de sociedade que considerasse suas próprias necessidades e aspirações. Uma sociedade civil harmoniosa e plural se forma apenas quando suas reivindicações e visões conflituosas são confrontadas (de modo violento ou não) e quando, em conjunto, as partes elaboram uma série de regras comuns para viverem juntas. Caso não consigam um acordo de coexistência pacífica, separá-las e dar-lhes um status de Estado soberano independente não constitui uma solução. Mesmo além das suas fronteiras continuarão a se enfrentar. Qualquer separação é uma oportunidade perdida de aprender a lição indispensável que é a arte de conviver. Muitos exemplos estão para comprová-lo. Eis por que devemos usar toda a paciência, todos os meios educativos e todo o talento diplomático possível para convencer as partes em conflito a estabelecer um acordo sobre regras mínimas de coexistência. Somente então um sistema político torna-se credível e estável e pode reunir o sufrágio de todos aqueles que estão prontos a se comportarem como cidadãos bons e ativos.

Observadas de perto, as democracias atuais parecem ter alguns problemas estruturais. O aparelho de Estado moderno, em particular o Exército e a burocracia, não mudou de filosofia, ainda que as formas de governo tenham evoluído. Mesmo nos Estados

nos quais os ritos mais democráticos são praticados, parecem existir três setores com interesses distintos e contraditórios.

1. A “razão de Estado”: os interesses do Estado são ditados por obrigações políticas, diplomáticas e históricas e por imperativos de segurança interna, cujo campo de ação estende-se muito além dos limites continentais, pois é igualmente necessário proteger “esferas de influência” lingüísticas e culturais. Altos escalões do Exército, da diplomacia e dos serviços secretos manipulam a informação para obter decisões políticas conforme as suas próprias orientações ou objetivos; agem até, algumas vezes, sem se reportar às autoridades políticas legítimas do Estado. Estabelecem, se necessário, relações com grupos mafiosos, redes de tráfico de droga ou de contrabando. Colaboram até com governos terroristas, fanáticos ou antidemocráticos, com o pretexto de troca de informação.

2. Interesses financeiros e comerciais do complexo militar-industrial, inclusive empresas multinacionais – os atores desse setor intervêm tanto fora quanto dentro da estrutura política. Financiam partidos políticos ou criam grupos de pressão. Corrompem o governo nacional ou os governos estrangeiros ou os obrigam a assinar contratos que, nem sempre, são do interesse das populações. Chegam até a vender armas proibidas, substâncias nucleares físseis, projetos prontos ou obras públicas impossíveis de gerir etc. Foram, durante anos, os primeiros fabricantes e exportadores de armas. Seus assalariados, mesmo quando defendem a solidariedade internacional do proletariado, jamais entram em greve para protestar contra a fabricação, a embalagem, o transporte, o carregamento e a exportação dessas armas. Os dirigentes políticos tirânicos e corrompidos dos países em desenvolvimento embolsam comissões que usam para abrir contas bancárias e adquirir propriedades, com sua cumplicidade. Sabe-se que o valor desses fundos é

superior ao montante da dívida externa dos países pobres em questão.

3. Considerações humanitárias: o governo fornece ajuda ao desenvolvimento e auxílio emergencial diretamente aos países pobres ou por intermédio de ONGs nacionais; contribuições financeiras são também feitas a numerosos organismos intergovernamentais do sistema das Nações Unidas. A sociedade civil é muito generosa, e em qualquer calamidade ocorrida no exterior que tenha sido bem divulgada pela imprensa, são recolhidas importantes somas. As ONGs e os missionários religiosos trabalham no mundo inteiro e participam ativamente do debate público sobre inúmeras questões mundiais.

Esses três setores de interesse atuam de forma quase independente por meio de distintos circuitos de decisão. Aqueles que operam nesses circuitos conhecem-se mutuamente e sabem que representam interesses diferentes, mas respeitam-se entre si pois trabalham juntos a serviço da segurança, da prosperidade e da boa consciência da nação. Graças à liberdade de expressão que a imprensa escrita e a audiovisual desfrutam, a opinião pública exerce pressão crítica sobre eles, obrigando-os, assim, a retificar determinados aspectos de seu comportamento que se tenham tornado excessivos ou fonte de usurpações recíprocas. O poder político é, então, obrigado a intervir e explicar essas desordens à mídia invocando uma política governamental coerente, democrática e humanitária. Em muitos casos, entretanto, os responsáveis políticos não haviam sequer sido previamente informados dos fatos em questão. As chances de um dirigente político de galgar os degraus do poder dependem, precisamente, de sua habilidade de conciliar tais interesses e ações divergentes e explicá-los ou justificá-los diante dos jornalistas, dando inteira satisfação à opinião pública nacional e estrangeira. É assim vital, nas campanhas eleitorais, possuir determinados dons de comunicação e, por exemplo, ser fotogênico.

Constatou-se que, nos países democráticos, declarar guerra ou adotar leis que favoreçam o aparecimento de expressões sistemáticas de intolerância, de ódio e de preconceitos implicam um processo longo, lento, incerto e difícil. Este não é, evidentemente, o caso nos lugares onde impera uma ditadura, uma monarquia ou uma junta militar. Afinal de contas a democracia é, em todos os sentidos, o melhor sistema de relações políticas que tenhamos concebido e experimentado ou ao qual temos sido submetidos. Entretanto, cabe pensar que estamos por demais satisfeitos conosco e que mostramos pouco espírito crítico em relação a seu funcionamento. Com freqüência, por receio de serem acusados de comportamento não-democrático por partidos rivais ou de serem malcompreendidos pela opinião pública, os políticos tendem a se mostrarem conformistas em relação a comportamentos democráticos geralmente admitidos hoje e não ousam inovar. É assim que, a longo prazo, o sistema se enfraquece. Outrora, por medo de serem malcompreendidos e criticados pelo bloco comunista que pregava outro tipo de democracia popular, os defensores do sistema capitalista não admitiam que qualquer pessoa pudesse um olhar crítico sobre o tipo de democracia liberal que apoiavam. Hoje, esperamos, o clima é mais propício para fazê-lo. Recentemente, começou-se a falar de “déficit” democrático. Os jovens são geralmente pouco entusiastas em relação ao sistema tal como funciona. Muitos são os jovens que não se registram nos tribunais eleitorais, e os que o fazem não votarão obrigatoriamente. São igualmente numerosos aqueles que contestam e se opõem violentamente a determinadas medidas como se as práticas parlamentares existentes não fossem suficientes para exprimir seus pontos de vista. Os intelectuais, em particular, nos países em desenvolvimento, desprezam a política e mantêm-se afastados dela para não sujarem as mãos. As pessoas geralmente sentem apenas indiferença e manifestam curiosidade só quando irrompem escândalos,

como se confirmassem aquilo que já pensavam do sistema. Nessa forma de democracia passiva, participam de determinadas cerimônias periódicas, tais como as eleições gerais, mas sem grande convicção. Deixam-se convencer a participar do processo eleitoral por políticos que necessitam de seu voto para chegar ao poder e também recolher fundos para seu partido, quando não para sua própria conta, já que é necessário dinheiro para financiar campanhas eleitorais e voltar ao poder. Esse é o círculo vicioso no qual se insere a democracia moderna.

A história nos ensina que todos os dirigentes – quer fossem chefes rudes, reis de direito divino ou ditadores esclarecidos – trabalharam para as mesmas coisas: o poder, os privilégios e o próprio bolso. Impregnados da mentalidade do passado, atribuímos de bom grado – mesmo hoje – privilégios aos detentores do poder, esquecendo que a natureza do poder não é a mesma em uma democracia na qual aqueles que o detém são considerados a serviço do país. É verdade que, no passado, o poder era combinado com privilégios e que era conquistado pela força bruta. Quando um de nós é eleito para nos representar e torna-se ministro ou presidente, governador ou embaixador, é obrigado a viver no luxo e usufrui de determinadas vantagens que não são necessárias ao exercício de suas funções. Seria a democracia um meio de satisfazer-se por procuração?

Caso um certo número de escravos ou de prisioneiros perpétuos fossem autorizados a viver juntos e a constituir uma sociedade política, chegariam eles a um sistema radicalmente diferente do nosso? Não estamos nós sempre produzindo “mestres” que se tornam superiores a nós?

Mesmo na melhor de nossas democracias, o acesso aos privilégios é um dos motivos dessa inflação de males – tráfico de influência, lutas intestinas no seio dos partidos, interesses nacionais sacrificados em benefício de interesses partidários, discursos

populistas ou demagógicos, corrupção, fraude eleitoral, acúmulo de mandatos políticos, culto ao herói, sucessão dinástica do poder, filiação mafiosa etc. – que geraram um “déficit” de democracia. Por vezes, ouvimos pessoas dizerem que uma boa monarquia vale mais do que uma péssima democracia.

A primazia do direito

A primazia do direito não é necessariamente própria à democracia. Existia nas sociedades tradicionais e sob todos os regimes políticos, ainda que abusos fossem freqüentes. Mas é, incontestavelmente, uma das condições necessárias ao desenvolvimento das liberdades cívicas.

Condição essencial ao pleno crescimento do indivíduo, a liberdade exige a cooperação dos outros. É aqui que intervém o princípio de reciprocidade: é necessário permitir aos outros fazer aquilo que desejamos que eles nos permitam fazer. Daí a necessidade da primazia do direito, isto é, tratamento igual para todos segundo regras e regulamentos aceitos por todos em comum acordo. Ninguém está acima da lei e ninguém está autorizado a tomar decisões arbitrárias, nem a cometer atos arbitrários. A igualdade perante a lei é uma das principais características da democracia. Existe justiça para todos apenas quando a primazia do direito é aplicada sem discriminação, ao contrário de outros regimes nos quais alguns estão acima da lei ou, então, as leis não são as mesmas para todos.

A tolerância é, sem dúvida, uma questão de postura pessoal, mas de postura em relação a outrem no seio da sociedade. Comporta, por conseguinte, uma dimensão social. Nenhum governo pode ensinar a tolerância; pode, no máximo, dotar-se de direito civil e penal que iniba expressões de intolerância excessivas. Mas nas relações sociais entre os diversos grupos religiosos, étnicos, culturais e lingüísticos, os valores democráticos

desenvolvem-se apenas entre indivíduos que adotam uma postura de tolerância. Assim, a tolerância é o fundamento necessário da democracia social. E a democracia política implantada em um país após uma luta pela independência somente sobrevive quando prepara o caminho para a democracia social e econômica por meio de reformas apropriadas. Um país em desenvolvimento que deixa sua economia evoluir de acordo com o princípio do “*laissez-faire*” do capitalismo selvagem não poderá manter, por muito tempo, harmonia social e política. É o que pôde ser visto durante 50 anos nos países da América Latina, onde desigualdades econômicas levaram à discriminação social, à pobreza, às tensões, à intolerância e à violência que, por sua vez, produziram ditaduras militares. Promover a tolerância não é o que há de mais eficaz para um governo; o que é preciso é coibir a intolerância. O governo pode identificar as fontes de intolerância e esforçar-se para remediar-a. Uma maioria política que não reconhece o lugar que cabe às minorias, um modelo cultural e religioso único, a hegemonia lingüística, a afirmação da superioridade racial, social ou religiosa e a desigualdade das possibilidades econômicas são outras tantas fontes de intolerância. Encontram-se estreitamente ligadas ao comportamento individual e coletivo dos grupos dominantes da sociedade. A fim de corrigir tais anomalias, cujas raízes são profundas, a equipe governamental deve ser estimulada por efetiva vontade política, ser determinada e solidária. Nos países dominados por dirigentes demagogos e ávidos de poder a serviço dos interesses estabelecidos, essas condições simplesmente não existem. Muitas vezes, os partidos políticos prosperam devido à clientela eleitoral das minorias cuidadosamente mantidas pelo brandir da ameaça da maioria. É impossível, em um país democrático, preconizar no poder de tomar medidas urgentes ou reformas amplas, se estas sejam suscetíveis de ameaçar os interesses dominantes, sobre-

tudo, na proximidade das eleições. Em numerosas democracias do mundo em desenvolvimento, os dirigentes políticos de primeira e de segunda geração que chegaram ao poder após suas respectivas independências ou que evoluíram por si mesmos para a democracia não haviam sido formados nos valores democráticos e não tinham dela nenhuma experiência. Frequentemente, haviam crescido em famílias hierarquizadas e autoritárias.

A lealdade ao partido político e à sua ideologia, por vezes, é demasiado rígida e gerou grande intolerância, no passado. São esses partidos tão indispensáveis? Alguns países que se iniciavam na democracia experimentaram o sistema do partido único. Não deveríamos nós eleger mais parlamentares independentes que não criticassem sistematicamente o partido no poder nem lhe trouxessem seu apoio automático, mas que votassem unicamente em função dos méritos do texto em debate?

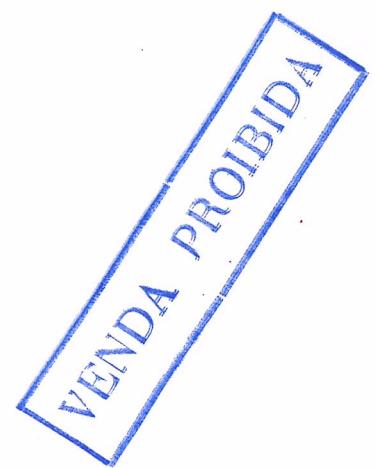
Uma transparência crescente, na gestão dos negócios públicos, é bastante desejável; seria preciso saber: como as decisões são tomadas, por quem e em função de quais critérios; como são feitas as nomeações para os postos políticos e administrativos, quem é nomeado, por quem, e com base em quais critérios; como são gastos os recursos públicos, por quem e com qual autorização. Mesmo na melhor das democracias, essas informações não estão, hoje, acessíveis ao grande público. Publicá-las regularmente nos jornais tornaria, sem dúvida, a gestão dos assuntos públicos verdadeiramente democrática.

No futuro, o papel do poder – em sua concepção, seu exercício e sua finalidade – deve mudar radicalmente; devem interagir permanentemente as forças centrípetas e as forças centrífugas do poder. O poder e a autoridade são conferidos pelo povo e dever-lhe-iam ser restituídos graças a leis que fossem reconhecidas e devidamente aplicadas. Eleições livres e democráticas, sistema multipartidário e imprensa independente são alguns dos elemen-

tos indispensáveis para assegurar a democracia. Mas essas práticas correm o risco de permanecerem rituais estéreis e formais na ausência de um sentimento profundo de respeito ao outro e a suas opiniões. É também necessário estar firmemente convencido da bondade inata do homem e de seu sentido fundamental de justiça. Somente então os valores democráticos estarão firmemente enraizados no espírito e no coração dos indivíduos. A possibilidade de a justiça examinar as decisões tomadas é outra barreira contra o abuso de poder por parte dos representantes eleitos. A desconcentração e a descentralização do poder e das funções do Estado são igualmente necessárias para preservar a democracia. Esta é uma pirâmide que deve se sustentar sobre inúmeras associações intermediárias e sobre as iniciativas dos cidadãos. Da mesma forma, uma estrutura administrativa responsável perante os organismos políticos e que responda aos anseios das populações é necessária, mas afeta os fundamentos da democracia quando se transforma em burocracia e tenta se manter e prosperar por si mesma. Sendo a democracia um processo de aprendizado das relações e dos comportamentos sociais e políticos, o princípio da primazia do direito, que é um de seus elementos cardeais, deve ser ensinado na escola, aplicado e respeitado por todos, diretores, professores e alunos, a fim de que as crianças aprendam a se tornar cidadãos que, por tê-lo praticado, terão fé em suas instituições públicas.

As organizações não-governamentais, os comitês de cidadania, as associações profissionais e artísticas que por essência agem de maneira autônoma deveriam apoiar a primazia do direito e fazê-la ser respeitada por todos. Deveriam condenar publicamente e incansavelmente todos aqueles que violam a lei ou que estão na origem de uma violação. São, geralmente, pessoas movidas por interesses particulares que pedem aos políticos mudanças nas regras de modo a adaptá-las em seu favor. Devido à sua própria

vocação, as ONGs divulgam valores democráticos de várias maneiras: estruturam-se internamente como instituições democráticas, já que asseguram a participação de seus membros na gestão de diversas formas e, algumas, permitem-lhes, e a seus dirigentes, capacitarem-se por meio da formação, da educação e da prática, graças ao trabalho em equipe, às discussões em grupo, à tomada de decisão e à ação comum. Em suma, é necessário avançar passo a passo, a fim de adquirir uma cultura de tolerância, passando em seguida para uma cultura de valores democráticos e, enfim, para uma cultura de paz que será benéfica para o mundo inteiro.



IV

EDUCAÇÃO

É inegável que, em todos os países, os recursos públicos são amplamente insuficientes para atender às necessidades nacionais em matéria de educação, que são crescentes, e requerem meios cada vez mais sofisticados e caros. As três fontes suplementares às quais se pode recorrer, para atender a essas necessidades, são as empresas privadas, as instituições religiosas e as ONGs. De maneira geral, as empresas privadas e as instituições religiosas concentram-se na educação escolar enquanto as organizações não-governamentais trabalham com o conjunto da coletividade e são, portanto, freqüentemente ativas no campo da educação não-formal. Além disso, o conjunto do processo educativo feito por intermédio de modernos meios de comunicação como a imprensa, o rádio e a televisão, bem como a mídia tradicional, poderia ser incluído na educação informal. Esta se dirige às pessoas de todas as idades e de todas as condições e reflete o nível geral de instrução no país. A mídia molda as opiniões, está na origem das mudanças, produz acontecimentos. Desempenha, em consequência, papel principal, suscitando a intolerância ou favorecendo a tolerância.

A mídia dedica tempo e espaço em demasia aos aspectos mórbidos, chocantes e violentos dos acontecimentos que parti-

lha com os leitores, ouvintes e espectadores. Por outro lado, os jornalistas devem criar técnicas para expressar a tolerância, a reconciliação, o perdão, a partilha e a solidariedade de uma maneira que seja também mais envolvente. O público deveria recompensar tais esforços.

É quase universalmente admitido que se a educação não consegue extirpar sozinha todos os tipos de animosidade entre as pessoas, sejam estes de caráter político, racial, religioso, nacionalista ou outro, ela é essencial para favorecer a tolerância, a cultura da paz e a democracia. Entretanto, o conteúdo dessa educação não é evidente. É preciso refletir mais a respeito em vez de limitar-se a afirmar o quanto a educação é importante.

Importa ajudar os jovens tanto quanto os adultos a conhecem melhor os extraordinários progressos da genética, apresentando-a a eles, em linguagem acessível, como os próprios cientistas o fazem. Compreenderão que falar de raça não tem sentido, ainda que isto aconteça freqüentemente na vida cotidiana. Nada permite crer que houve uma intervenção divina com o propósito de criar raças que possam ser distinguidas por outra coisa que não a pigmentação mais ou menos escura da pele e pelo efeito de fatores geográficos, climáticos e ecológicos, em geral. Graças às pesquisas de paleontólogos, sabemos que os australopitecos e os primeiros homens, aqueles classificados entre os *Homo erectus*, não eram, eles próprios, de raça pura. Várias escolas do pensamento consideram, hoje, que tivemos como primas inúmeras outras espécies que atualmente chamamos animais. Nossos ancestrais estavam cobertos por espesso pelo, tinham os maxilares salientes e a fronte estreita e achatada, copulavam com as espécies mais próximas e deram origem a homens possuidores de variadas combinações genéticas. Os principais traços que parecem caracterizar a raça humana – o peso do cérebro, as dimensões da caixa craniana, a projeção dos maxilares, o tipo de cabelo, a cor da

pele, dos olhos, a altura etc. – variaram muito no tempo e no espaço, por conseguinte, é absurdo falar de pureza e identidade raciais.

Calcula-se que, aproximadamente, 30 milhões de pessoas imigraram recentemente do hemisfério Sul para o hemisfério Norte. A educação das crianças oriundas dessas comunidades requer atenção particular. Uma pessoa retirada de seu meio ambiente cultural natural e colocada em um contexto diferente é vítima fácil da intolerância, seja sofrendo-a, seja tornando-se, ela própria, intolerante em consequência de suas dificuldades de integração. Ambos os casos são freqüentes.

Ainda que numerosos especialistas em educação falem da necessidade da educação intercultural, poucos esforços são empreendidos para desenvolvê-la. Grande parte dos estabelecimentos de ensino que a maioria das crianças imigrantes freqüenta, como sinal de adesão à cultura hóspede, são estritamente monoculturais. Podem-se, entretanto, encontrar algumas escolas experimentais de coabitação multicultural. Os estudos, a pesquisa e as aplicações científicas são totalmente insuficientes e não permitem conceber uma pedagogia adaptada que ajude a construir uma filosofia de vida embasada em duas ou em várias culturas.

Assiste-se a um aumento significativo do número de sistemas extra-escolares de educação, como o ensino à distância e a formação contínua. Dirigindo-se a todo tipo de grupo que difere no plano da raça, da etnia, da religião, da condição social ou do sexo, os cursos de desenvolvimento de recursos humanos, de formação e de educação de adultos e de trabalhadores deveriam criar técnicas de educação apropriadas que respondessem às necessidades desses grupos heterogêneos.

Visto que todos os governos desejam abrir as portas da educação a todos os cidadãos e imigrantes, os estabelecimentos de

ensino e, em particular, as escolas, deveriam ser acessíveis a todas as crianças o que, atualmente, não ocorre. A igualdade de acesso à educação é de capital importância, se quisermos assegurar a igualdade de oportunidades e de acesso ao saber, à formação, ao estudo alternado com a vida ativa e de compartilhar um patrimônio comum de valores e aspirações universais. A organização, o funcionamento e a gestão dos estabelecimentos escolares devem ser o reflexo dos valores democráticos e favorecer sua transmissão.

Quais são os aspectos de nossa educação atual que semearam os grãos da intolerância, da violência, dos conflitos? Devem-se incriminar os métodos de ensino ou a violência exercida sobre as crianças? Quais podem ser as consequências do fato de espancá-las, repreendê-las, puni-las ou forçá-las a decorar as lições assim como a prevalência do espírito de competição? Que tipo de educação receberam os autores dos manuais escolares e os professores? Como as crianças sofrem o impacto de sua própria cultura, religião e etnocentrismo? Dispomos nós de instrumentos de medida científicos para avaliar esse impacto?

Para reformar a educação, três enfoques são possíveis. Primeiramente, poder-se-ia ter um sistema de ensino no qual o conteúdo da educação fosse neutro, no sentido em que fosse totalmente desprovido de qualquer julgamento de valor, mas forneceria os instrumentos necessários para compreender, apreciar e escolher, de maneira científica, todo valor presente nos diversos contextos sociais e econômicos. A educação socialista que os antigos países comunistas tentaram implantar comportava esses elementos, mas todo o sistema era impregnado de um dogmatismo ideológico que não deixava lugar algum para o espírito de investigação. O segundo enfoque consistiria em enraizar a educação em valores autênticos de uma religião específica, de tal modo que fosse possível ao aluno mais tarde elab-

orar, assimilar, adotar, modificar ou interpretar ele próprio esse ensino diante de outros sistemas de valor presentes em um mundo caracterizado pela diversidade. Mas, nesse caso, não se deve nunca parar de aprender. É um sistema no qual quanto mais alto você sobe, melhor vê o resto do mundo. No terceiro enfoque, a educação baseia-se em sua missão de transmissão do saber e em um espírito pluralista e relativista; todos os valores são ensinados simultaneamente e distingue-se o universal do particular. Cabe ao indivíduo determinar o grau de síntese a atingir, em função do contexto no qual se encontra. Nesse caso, o papel dos intelectuais, dos especialistas da educação e de todos aqueles que refletem sobre as questões da sociedade é capital para a constituição do fundo comum de saber a ser compartilhado.

Toda instituição, tendo por ofício ou funcionando sob a inspiração de uma religião, teoria ou doutrina, deve provar que não pratica sectarismo físico ou mental. Cada religião, cultura, grupo étnico e minoria deve ser autorizada a ensinar ou a pregar sua própria identidade, com a condição de situar-se em um contexto cujo comportamento atribua um lugar às diferenças. O Pacto Internacional relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais pede ao Estado que garanta à criança uma educação que responda a um mínimo de critérios. Freqüentemente, as religiões praticam duas interpretações opostas da tolerância – uma em que são majoritárias e uma outra em que são minoritárias. Freqüentemente, também, a tolerância praticada pelos crentes de uma religião é mais restritiva do que a que seus textos sagrados pregam. Isso significa claramente que o médico deve começar por tratar-se a si próprio.

As fontes que geram essas intolerâncias e as elevam ao nível das teorias, conceitos e práticas legítimas são extremamente perigosas. Os governos e as ONGs deveriam determinar, com

muita vigilância, se os estabelecimentos de ensino, sua gestão, seus professores e seus manuais escolares promovem a tolerância ou, ao contrário, os preconceitos. Qual é a imagem dos estrangeiros e dos vizinhos veiculada pelos professores e pelos manuais escolares? Nossos livros de história, em particular os livros escolares, abrem amplo espaço à autoglorificação, às guerras, aos conflitos com os povos estrangeiros e às pessoas apresentadas como inimigas. A monocultura é tão nefasta para a educação quanto o é para a agricultura.

A síntese cultural que ocorreu ao mesmo tempo, durante esses conflitos, não foi suficientemente reconhecida e *a fortiori*, enfatizada. O estudo da história local e nacional deveria ser feito no contexto da grande evolução das culturas e das civilizações através do mundo. É assim que se conseguirá fazer aceitar mais o pluralismo e admitir o relativismo cultural e que se fará nascer determinadas aspirações universais. Falando de relativismo cultural, quero dizer que todas as culturas e valores evoluem em relação com seu contexto temporal e espacial e mantêm uma relação histórica com outras culturas e valores. Um enfoque pedagógico, visando a estimular a curiosidade, a interrogação, o diálogo, as experiências, as viagens e os contatos, ajudará os indivíduos a se livrarem do medo do desconhecido devido à ignorância e poderia levar à melhor compreensão entre os homens. O saber é, assim, necessário à promoção de atitudes positivas e de uma conduta tolerante.

Nosso sonho secular de tornar este mundo um local de maior convivência em paz, de harmonia e de florescimento dos seres humanos está longe de ser realizado. Seria possível, com o auxílio da ciência e da tecnologia, conceber um novo sistema de educação que fosse contínuo e pensado em uma ótica global para que se conseguisse melhor compreender o potencial, a finalidade e o destino do ser humano? Seria necessário que o homem aprendes-

se a se conhecer melhor, para melhor controlar-se, forjar um ideal, dar-se um objetivo e ter uma visão de sua existência, buscando, ao mesmo tempo, no mundo exterior, o que é verdadeiro, bom, justo e belo para se viver.

PROMOÇÃO DA TOLERÂNCIA

1. Conduta pessoal

O mundo entra em uma fase de metamorfose acelerada, movida pelo progresso da ciência, da tecnologia e pela globalização dos destinos humanos. Mas, todas essas transformações não convergem necessariamente para um final feliz. Numerosos observadores das tendências a longo prazo da evolução da sociedade pensam que há chances para que o mundo seja palco, no futuro, de um número crescente de conflitos no seio das sociedades e, entre elas, mais do que entre Estados políticos. Recebemos cada vez mais notícias de novas tensões sociais e étnicas, conflitos culturais, guerras civis ou regionais além das fronteiras. Os principais atores são homens sem rosto ou grupos anônimos, em vez de diplomatas de alto nível ou políticos corteses.

Visivelmente, essa mutação acelerada coloca nossas faculdades físicas e mentais à prova. A vida tornou-se mais complexa, mais complicada. Os sinais de esquizofrenia coletiva multiplicam-se. Ademais, as reações espontâneas das pessoas comuns tornam-se capitais para a manutenção da paz. Com efeito, assiste-se, às vezes, a incidentes que testemunham reações irrationais, cruéis, imprevisíveis, nos quais as pessoas são irreconhecíveis.

Diferentemente dos direitos humanos, a tolerância não é uma exigência em relação ao outro, é uma disciplina interna. Para se ter uma atitude de tolerância sã, é preciso exprimir sua diferença em relação a outrem sem medo ou arrogância. É necessário, também, que os outros reconheçam e aceitem a existência dessa diferença e do pluralismo, como nós mesmos nos dispomos a fazê-lo. Para ser fiel a si próprio, é necessário exprimir sua diferença. Ser tolerante não é permanecer passivo diante dos acontecimentos, sem querer intervir. Estar livre do medo é uma virtude pessoal que se deveria adquirir a fim de praticar a tolerância natural. Podemos nos liberar do medo sendo inicialmente moralmente autônomos, tendo compromisso absoluto com a verdade e sabendo discernir e delimitar as coerções externas que são aceitáveis e as que não o são. Sente-se medo e insegurança quando se nutre expectativas elevadas sem despender esforços proporcionais, quando não se tem auto-estima suficiente, quando se possui importantes bens materiais dos quais não se necessita verdadeiramente, enquanto nossos vizinhos não têm a possibilidade de obtê-los. Liberada do medo, uma pessoa não pode ser dominada nem explorada, permanecerá independente.

Três critérios para guiar nossa atitude e nossa conduta em sociedade

Em qualquer circunstância, é necessário fazer-se três perguntas:

Até que ponto sou tolerável?

Até que ponto sou tolerante?

Até que ponto devo eu aceitar a intolerância de outrem?

(a) *Até que ponto sou tolerável?*

Com freqüência, as pessoas estão seguras de que seu comportamento e suas práticas são universalmente aceitas. Poucos fazem uma autocrítica ou uma auto-análise em situações de ten-

são; menos ainda, nas situações que lhes são favoráveis. Quando determinadas coisas são inacessíveis, se reclama automaticamente do comportamento injusto dos outros. Por egoísmo, não se levam suficientemente em conta as necessidades e direitos dos demais. Nossa educação ensina-nos a tomar consciência de nossos direitos e a afirmá-los, mas não nos prepara para despendermos os esforços necessários ao cumprimento honesto de nossas obrigações e deveres em relação ao demais, a menos que nos seja solicitado fazê-lo. Nessa ótica, fazer sacrifícios em nome da solidariedade e do interesse geral a longo prazo, renunciando a qualquer porção do que possuímos ou ao que nos é devido, é uma abstração difícil de ser compreendida.

A tolerância é, certamente, a expressão das qualidades inteiiores da alma, tais como o amor, a compaixão, a misericórdia e a sinceridade, mas depende, ao mesmo tempo, de determinadas condições existenciais prévias: deve existir, por exemplo, um sentimento de segurança, um clima de justiça e uma esperança de vida feliz para si próprio e para seus familiares. Não estarmos seguro de que, independentemente de nossas origens, veremos nossa dignidade individual protegida do arbítrio pela lei e teremos medo de não sermos tratado como os outros, de acordo com as mesmas leis, gerarão sempre, mesmo nos mais fracos, atitudes de rejeição ao sistema, de contestação e de intolerância.

A tolerância é a preocupação de examinar-se a si próprio constantemente, para assegurar-se de que se é tolerável por seus hábitos de vida – vestuário e alimentação, por suas expressões físicas e emocionais, palavras e escritos e, enfim, por suas crenças, práticas religiosas, culturais e sociais. A ausência de tal sensibilidade, por parte dos poderosos e da maioria de uma comunidade, conduz a muita opressão, sofrimento e frustração e, por parte dos fracos e das minorias, gera conflitos e violência. Em outros termos, a intolerância origina-se, de fato, de duas fontes opostas:

de indivíduos fracos, infelizes e sofredores e de indivíduos poderosos e dominadores. Não faremos um exame aprofundado da questão se não estudarmos todas as fontes de intolerância. De fato, em certas línguas, a palavra tolerância significa condescendência e indulgência e designa consequentemente a tolerância dos fortes. Mas a questão da tolerância interessa igualmente os fracos. Seria condescendente e hipócrita afirmar que os pobres e os fracos são, *ipso facto*, vítimas e são, em consequência, virtuosos. Sua tolerância decorre, talvez, do medo ou do fatalismo e sua intolerância, da ignorância, da frustração e do desespero. Como se pode constatar em numerosos bairros deserdados, a qualidade medíocre da moradia e do meio ambiente poderia favorecer atitudes negativas, a tentação de dominar, de ser violento, de maltratar e de ser injusto em relação aos ainda mais fracos. É, por conseguinte, importante que cada qual, quer venha da maioria ou da minoria, forte ou fraco, se pergunte constantemente: sou, eu mesmo, tolerável? Ser tolerável é inspirar a tolerância ao outro.

(b) Até que ponto sou tolerante?

A tolerância não significa que se deva aceitar automaticamente o ponto de vista do outro. Reconheçamos as diferenças, caso existam, e respeitemo-las. Desta forma, admitimos o princípio da pluralidade das crenças, das filosofias e das culturas. A diferença entre a tolerância e a hipocrisia consiste, no caso da tolerância, em expressarmos nossas diferenças e as respeitarmos, enquanto, no caso da hipocrisia, escondermos nosso desacordo e fingirmos concordar com o outro. Como vimos anteriormente, tudo na natureza é único e diferente; isto vale também para o ser humano. De fato, de um ponto de vista metafísico, jamais poderei estar 100% de acordo com você, assim como jamais poderei ser você! De qualquer forma, nossos pontos de concordância e identidade de pontos de vista aparentes são apenas aproximações.

Quando meu vizinho me diz que um corvo é branco, meu sentido de tolerância não exige que compartilhe com ele sua opinião. Posso escolher entre três atitudes de tolerância:

- *Duvido:* Posso, inicialmente, proceder a um exercício epistemológico, ou seja, verificar minhas próprias informações ou conhecimentos. Com freqüência, temos a tendência a perder o sentido crítico quando se trata de nossas próprias idéias, crenças e práticas ou de suas fontes, sobretudo se as herdamos ou as adquirimos antes da maturidade. Tradicionalmente, qualquer questionamento é considerado como falta de respeito em relação aos mais velhos.

Se todas as ideologias ou crenças não admitem alimentar a menor dúvida sobre a certeza de sua verdade, isto deve ser respeitado, em nome do próprio princípio da tolerância que defendemos. Ao mesmo tempo, elas devem também reconhecer e aceitar a existência de outras ideologias e crenças que têm sua verdade por certa, absoluta e incontestável. Não se trata aqui de pedir a alguém para duvidar de sua própria verdade: deve-se apenas reconhecer que existem outras pessoas que aderem, elas também com ardor, à sua própria verdade. A tolerância implica, assim, o reconhecimento da diversidade e da reciprocidade.

De fato, inúmeros textos religiosos parecem admitir o princípio da dúvida no enunciado de sua doutrina. Um quarto de hóspedes está sempre reservado para a “dúvida” na morada das “certezas”. Entretanto, para evitar qualquer controvérsia e aplicar o princípio mesmo da dúvida, em minha própria afirmação, proponho considerar o princípio da dúvida como instrumento pedagógico que serve para cada um testar em que medida comprehendeu, interiorizou e assimilou suas próprias crenças. Em resumo, a dúvida não diz respeito à crença, mas ao crente.

Para voltar ao corvo do meu vizinho, caso esteja seguro de minhas próprias convicções ou de meus conhecimentos, posso

encorajá-lo a duvidar das suas. Ou, então, levá-lo a pensar que este pássaro poderia ser branco em seu local de origem ou em outro local que teria visitado. O corvo ao qual se faz referência poderia pertencer a outra variedade da mesma espécie. Com a evolução da natureza, poderia ter sido branco há milhões de anos ou, vir a sê-lo, no futuro, caso nossos especialistas em engenharia genética decidissem transformá-lo nessa cor. Além do mais, não produzimos nós, hoje, rosas negras que antigamente não existiam?

- *Penso que há um erro de julgamento:* Estou razoavelmente seguro de que comete um erro. Confunde dois pássaros diferentes. Posso remetê-lo a um compêndio de zoologia elementar ou aconselhá-lo a visitar um museu de história natural ou, ainda, caso queira de qualquer forma convencê-lo de seu equívoco, posso buscar uma terceira na qual confie. O objetivo é ajudá-lo a enriquecer-se conhecendo meu ponto de vista. Já que discordo dele, minha próxima etapa consiste em fazê-lo reconhecer que meu ponto de vista é aceitável e tolerável. É um enriquecimento mútuo e o reconhecimento mútuo de nossa divergência de enfoques.

- *Permaneço indiferente ou negligencio seus dizeres:* Não atribuo, simplesmente, nenhuma importância a sua afirmação sobre a cor do corvo, esperando que mude de ponto de vista, a menos que seu julgamento seja vital para minha sobrevivência. Mas não o julgo como pessoa. A questão de não deixá-lo usar meu telefone quando o seu está com defeito não se apresenta de forma alguma. Aliás, ele poderia ser bom em botânica e eu poderia ter prazer de discutir com ele.

(c) Até que ponto deverei aceitar a intolerância de outrem?

O grau de tolerância que prevalece em uma sociedade depende de seu nível de civilização. A tolerância não cessa de ex-

pandir-se em nossa sociedade contemporânea e as formas de intolerância são, sobretudo, expressões de problemas existenciais. O que deve ser tolerado é decidido pelo indivíduo e o que não deve sê-lo é decidido pela coletividade, em particular, em uma democracia. A intolerância é da alçada, portanto, da manutenção da ordem, quando atenta contra a liberdade e a dignidade do todo indivíduo que pertence a essa sociedade. A intolerância religiosa, os preconceitos raciais, o ódio, a exclusão social são as formas de intolerância mais corriqueiras e as mais visíveis. Mas não deveríamos ignorar a existência de outras formas de intolerância fundadas no sexo, na idade, na língua, na imigração ou na nacionalidade. Aqui, por tolerância, queremos dizer: exercer sobre alguém qualquer forma de violência física ou mental devido às suas diferenças. Não estou autorizado a usar a força, a ameaça ou a corrupção para impor aos outros meu próprio ponto de vista ou minhas iniciativas. Em minhas relações com os demais não devo atrapalhá-lo, humilhá-lo, machucá-lo ou obrigá-lo a dar-me seu consentimento contra sua vontade. Tampouco devo explorar sua ignorância em meu proveito. Em suas formas sutis, a intolerância pode parecer insignificante e ser de difícil comprovação diante dos tribunais. Em suas formas mais graves, depende do código civil ou penal imposto a todos os cidadãos de uma democracia. Os indivíduos que pretendem passar diretamente à ação contra a intolerância dos outros apenas se autorizam a fazer justiça e se arriscam a submeter os outros a seu julgamento arbitrário.

Observamos, anteriormente, que a tolerância está cada vez mais disseminada. Mas existem, assim mesmo, coisas que não posso tolerar e, diante de uma situação intolerável, o que deveria fazer? Observamos, igualmente, que determinado número de expressões de intolerância, tais como ameaças e violências físicas constituem ameaças à ordem pública e são diretamente reprimidas pela autoridade pública. Há outra categoria de intolerância, tal

como a discriminação racial e social, contra a qual a vítima pode fazer uma denúncia e obter reparo ou indenização.

A pergunta que gostaria de fazer é: existem formas de intolerância que os dois dispositivos jurídicos acima mencionados não consideram e que eu não gostaria de aceitar? O que posso tolerar da intolerância de outrem?

Vários grandes pensadores e homens de ação consideram que, não sendo eu mesmo, intolerante, posso resistir e impedir os outros de me imporem sua intolerância. Isso pode ser feito pacificamente ou com violência. Onde o quadro jurídico é insuficiente ou totalmente insatisfatório, resta-me a possibilidade de agir pessoalmente, ou diretamente, ou contra todo indivíduo, grupo ou governo, ou mesmo contra o mundo inteiro, caso minha consciência assim o exija. É, sem dúvida, uma situação extremada, mas esta possibilidade não deixa de ser um atributo essencial da liberdade individual. As ações dos movimentos nacionais de liberação, as manifestações contra a discriminação racial, tal como o *apartheid*, contra a escravidão e a servidão, a desobediência às leis civis ou aos regulamentos militares iníquos poderiam ser citados como exemplos.

2. Um código de conduta

A Comissão dos Direitos Humanos da ONU espera concluir a preparação de um projeto de declaração sobre o direito e a responsabilidade dos indivíduos, grupos e organismos da sociedade para promover e proteger os direitos do homem e as liberdades fundamentais universalmente reconhecidas. Evoluiremos, portanto, gradualmente, de nossa concepção anterior dos direitos humanos como reivindicação dirigida ao Estado para um apelo dirigido a todos os atores envolvidos, a fim de que promovam os direitos dos outros. Isso será o reconhecimento do direito de obter direitos para os outros.

É necessário elaborar determinado número de códigos de conduta para servirem de modelos e textos de referência deontológicos que balizem o comportamento nos meios políticos, religiosos, culturais e profissionais. Poderia também existir um código geral de conduta para os indivíduos, que as ONGs poderiam elaborar, com base em sua experiência das realidades locais, e divulgar, amplamente, junto ao público a fim de influenciar atos e gestos cotidianos dos cidadãos. Este código poderia compreender, principalmente, as seguintes regras:

(a) evitar comentários jocosos ou observações irônicas que coloquem alguém ou uma categoria de pessoas em situação de inferioridade, especialmente zombarias:

- sobre fraqueza ou a falta de inteligência nas mulheres,
- sobre falta de inteligência de vizinhos ou povos de países vizinhos,
- sobre características raciais ou práticas culturais,
- quando se compara a outrem na intenção de se vangloriar, ultrapassando os limites do respeito a si mesmo e da confiança em si;

(b) melhorar o conhecimento sobre qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos que seja objeto de manifestações de intolerância, participando:

- de suas atividades sociais, culturais, religiosas e artísticas,
- de suas sessões de oração,
- da celebração de eventos ou de realizações das quais tenham orgulho, contanto que elas próprias não constituam manifestação de intolerância em relação a outro grupo;

(c) não exibir símbolos provocadores ou ostensivos de sua identidade religiosa ou racial, a verdadeira autenticidade sendo uma qualidade da alma e a exteriorização da identidade não devendo visar a ferir o olhar, perturbar a vista, ensurdecer os ouvidos ou indispor as narinas de outrem;

(d) os pais que adotam ou tenham a guarda de uma criança deverão tentar criá-la e educá-la em sua religião de origem, onde isso for possível;

(e) não estimular as expressões de violência gratuita:

- em cenas de violência na televisão ou no cinema,
- na oferta de brinquedos de armas de guerra às crianças,
- na prática de esportes e de jogos violentos,
- no uso de armas de fogo, salvo quando obrigado a usá-las no desempenho profissional etc.

IV

UM MILAGRE É POSSÍVEL

Como vimos, promover a tolerância significa permitir ao indivíduo desenvolver determinadas qualidades internas convergentes para uma universalidade espiritual e criar condições psicológicas e materiais necessárias à sua expressão. É uma tarefa que compete simultaneamente aos governos, aos organismos intergovernamentais, às organizações não-governamentais e às instituições religiosas. O que não significa que cada um desses atores deva esperar que o outro tome a iniciativa. Cada um deve estabelecer a lista das áreas ou dos aspectos com que melhor possa lidar para divulgar a tolerância.

Agora é possível esboçar para o século XXI os contornos de uma sociedade na qual reine a tolerância. Temos meios para construí-la, mas temos nós a vontade, temos nós visão suficiente do futuro para fazê-lo?

1. Governos

Caso os governos queiram, juntos, declarar que estão prontos e se comprometam a promover a tolerância, sairão vitoriosos se tomarem em consideração os seguintes pontos.

Como conciliar a unidade política do Estado com toda a diversidade cultural, étnica e religiosa existente no país, de maneira

que todas as pessoas que nele vivam tenham o sentimento de a ele pertencer e de formar uma nação unida?

Quais são as fontes de intolerância que elas identificariam em seu respectivo país?

A esse respeito, podem empreender os seguintes esforços:

- comprometer-se a procurar fontes de intolerância nos sistemas educativos que recebam apoio financeiro do governo;
- examinar as disposições constitucionais, a legislação nacional e as regras administrativas que contenham e afirmem elementos que possam conduzir à discriminação devido a considerações de raça, religião, etnia, sexo ou de categoria social. Por exemplo, existem países onde as carteiras de identidade especificam sinais particulares, onde o governo reparte sua ajuda de maneira discriminatória, onde existem leis discriminatórias contra as minorias;
- tomar medidas que permitam a toda pessoa vítima de qualquer forma de discriminação solicitar reparo junto às instâncias judiciais;
- tomar medidas de “discriminação positiva” (por meio de leis e regulamentos) que beneficiem categorias desfavorecidas ou mais fracas sem, entretanto, privilegiá-las sob outros aspectos nem transformá-las em clientela eleitoral;
- comprometer-se em firmar as convenções que visem a combater diversos tipos de discriminação, adotadas pelas Assembleia-Geral da ONU ou pelas instituições do sistema das Nações Unidas; e comprometer-se a fazê-las ratificar por seu parlamento, caso isto ainda não tenha sido feito. Além do mais, a primazia dos tratados multilaterais sobre as leis nacionais deve ser reafirmada para que não haja possibilidade de interpretação judicial.

2. Organismos intergovernamentais

Tivemos, até agora, o hábito de comemorar nosso passado – nossas vitórias militares, o nascimento e a morte de nossos

heróis nacionais, nossas glórias e tragédias, acontecimentos dos quais nos orgulhamos. Por ocasião dessas comemorações, decretamos feriado e nesse dia não trabalhamos e contentamo-nos em consumir. Por que não buscar, de preferência, oportunidades para sublinhar nossas preocupações comuns para com o amanhã, a fim de preparar um futuro melhor para as próximas gerações?

Os organismos intergovernamentais do sistema das Nações Unidas realizaram um trabalho notável de sensibilização da opinião internacional, trazendo determinados temas à atenção do público, visando a suscitar debates e uma ação em nível mundial, graças à proclamação de “dias”, “anos” e “decênios” internacionais. Pode-se, é verdade, lamentar o formalismo e a ineficácia de determinadas medidas, mas são, talvez, inevitáveis haja vista a natureza das estruturas burocráticas internacionais que criamos. Resta-nos, então, estabelecer, em seu lugar, outras estruturas operacionais que possam buscar e contratar pessoas convencidas e decididas a trabalhar para o bem público. Além de simples proclamação, esses “dias”, “anos” e “decênios” internacionais reafirmam que constituem preocupações comuns do mundo inteiro, já que são determinantes para seu bem-estar futuro. Essas ocasiões estão de acordo com as diferentes resoluções adotadas pela Assembléia-Geral da ONU sobre questões de interesse universal.

Assim mobilizada, a opinião pública mundial está convidada a enfocar um problema, identificar eventuais questões conexas, esforçar-se para eliminar fatores negativos e integrar os elementos positivos à ação. Estas manifestações têm grande valor educativo, já que permitem a cada um estar mais bem informado sobre o tema abordado, quer se trate da condição da mulher, da criança, da habitação, das populações autóctones ou da tolerância. A questão estudada durante o período da determinada cele-

bração não está mais congelada, adquire uma dimensão dinâmica em relação a outras questões, insere-se nas preocupações mundiais e no debate em curso. Todos os aspectos do problema são expostos e todos os atores são desafiados a rever a maneira como se sentem implicados. O conjunto da operação torna-se um exercício coletivo.

Como indicamos anteriormente, as organizações não-governamentais nos níveis local, nacional, regional e internacional estão estreitamente associadas a esses "dias", "anos" e "decênios". Sua colaboração foi proveitosa até agora e pode ainda ser intensificada, especialmente por ocasião da celebração do Ano das Nações para a Tolerância.

3. Atores não-governamentais

A tolerância é um dos temas prediletos das ONGs, que têm eminentemente por vocação tratar dos dois aspectos da missão da tolerância indicados anteriormente, a saber: desenvolver as qualidades interiores de espiritualidade e criar condições psicológicas e materiais necessárias para sua expressão.

A principal missão das ONGs consiste em promover a tolerância, convidando os indivíduos e os grupos a praticá-la na vida cotidiana e ajudando-os a reexaminar as situações de discriminação, de conflito e de violência, recorrendo à tolerância para desbloquear as questões ou mesmo resolvê-las. Se analisarmos o que as pessoas oferecem à sociedade e o que esperam dela, é obrigatório constatar que várias entre elas têm uma atitude corporativista, fragmentada e particular que depende de sua categoria social, sexo, idade e interesses profissionais. Isso certamente é legítimo e permite remediar determinadas anomalias, quer sejam fortuitas ou estruturais, mas é totalmente insuficiente caso se queira adquirir uma visão harmoniosa e holística da sociedade e saber se orientar no futuro.

Toda crença ou ideologia que tenta trazer uma solução teórica integral, exclusiva e pura aos problemas humanos corre o risco de ser muito perigosa, como foi possível constatá-lo pelo passado, sobretudo se ela se apóia no poder político ou em qualquer poder exercido sobre o indivíduo. Conseqüentemente, é do interesse de todos promover uma "sociedade aberta e tolerante", melhor do que no passado, na qual todas as verdades poderão ser ditas e contestadas, na qual todas as identidades serão afirmadas e reconciliadas, todas as propostas de conhecimento poderão ser publicamente debatidas, rejeitadas ou aceitas e na qual cada um poderá se expressar inteira e pacificamente, uma sociedade prevenida contra a intolerância e a injustiça. Em suma, uma sociedade que daria seu justo lugar à liberdade de expressão pacífica das opiniões diferentes, estando liberada do medo, e na qual a solução pacífica dos conflitos faria parte integrante do comportamento social e tornar-se-ia quase um segundo reflexo no indivíduo.

Isso não quer dizer uma sociedade complacente em relação aos excessos e à opulência, de laxismo no plano das obrigações sociais, permissiva em relação às regras sociais ou indisciplina das condutas pessoais. O interesse geral deveria ser preocupação de todos e não apenas do governo.

Uma sociedade aberta pode sobreviver apenas se seus membros possuírem eles próprios um espírito aberto e souberem tirar lições do passado para determinar sua conduta futura, sem por isso tornarem-se prisioneiros, cultivando sentimentos de amargura, de humilhação, de ciúmes ou de vingança. O tempo geralmente cicatriza muitas feridas, a menos que se queira perpetuar a lembrança com comemorações e monumentos. É preciso esquecer certos acontecimentos, após ter tirado deles as lições necessárias, para poder dar um novo início às relações humanas. Os interesses em conflito devem buscar conciliar-se, caso não seja pos-

sível erradicá-los. Antes de cada pensamento e de cada ato, o indivíduo deve ser espontaneamente capaz de encontrar o meio-termo entre seu interesse pessoal e o bem comum. Além de seus direitos, deve estar consciente de seus deveres, que implicam responsabilidades, impossibilidades e ausência de privilégios, poderes e imunidades. É preciso respeitar e observar seus deveres sem permitir-se licenças e sem buscar isenções. Deveríamos, igualmente, manifestar nossos talentos individuais, nossas qualidades intelectuais e humanas e nossos dons artísticos em nossa vida cotidiana e em nossas relações com os outros, em vez de reservá-los, exclusivamente, para o nosso enriquecimento individual e profissional.

Avançando ainda mais, deveríamos, em nome da solidariedade, aceitar partilhar o fardo daqueles que têm necessidade de apoio físico, mental e afetivo e estender-lhes uma mão salvadora. Isso poderia significar ser um bom cidadão que cumpre suas responsabilidades profissionais com paixão, eficácia e consideração com os demais. Isso poderia, igualmente, querer dizer preencher honestamente suas declarações de Imposto de Renda de modo a contribuir de forma justa com os recursos públicos necessários ao bem-estar de todos. Dar-se-ia um passo suplementar se, por altruísmo, aceitássemos doar benevolamente uma parte de nosso tempo, de nossa energia e de nossos recursos em benefício dos necessitados.

Em nossas discussões sobre as questões internacionais, quando abordamos matérias, tais como desenvolvimento, justiça, paz, direitos humanos e democracia, temos dificuldade de identificar a única fonte de todos os problemas, pois estes últimos parecem todos interativos, interdependentes e ligados por relações em cadeia de causa e efeito. Muitas vezes, não sabemos por onde começar. Ao contrário, quando se trata de tolerância, sabemos que devemos começar por nós mesmos, individualmente, e que isso

levará a uma reação em cadeia. Estamos igualmente seguros de que isso contribuirá de maneira decisiva para a construção de uma sociedade pacífica.

Há uma área, a da ciência e tecnologia, que ainda não exploramos suficientemente para sabermos como poderá contribuir para promover a tolerância. As modernas telecomunicações, cada dia mais eficientes, mais complexas e mais rápidas, oferecem imensas possibilidades de se atingir diretamente o indivíduo, rompendo todas as barreiras institucionais erguidas em torno dele. Basta lembrar as técnicas de marketing e de publicidade que conseguem nos convencer a modificar nossos hábitos praticamente sem que nos apercebamos de que nos tornam dependentes, do dia para a noite, de produtos que se constituem uma necessidade.

Hoje, é possível lançar uma campanha, em uma escala sem precedentes, para promover a tolerância. Por que não prever, por exemplo, uma experiência em parceria com determinado número de sociedades multinacionais das quais consumimos cotidianamente múltiplos produtos? Poder-se-ia enviar uma mensagem bem-estudada que atingiria dois ou três bilhões de pessoas de uma só vez, caso fosse escrita nas garrafas, latas de conserva, embalagens de bebidas, de produtos alimentícios, de gomas de mascar e outros produtos de mercearia vendidos em todos os lugares. Esta mensagem poderia ser colocada nos trens, ônibus, em painéis na beira das estradas, ser reproduzida nos envelopes, divulgada por rádio, televisão e jornais. O texto deveria ser simples, estimulante, até exaltador e causar um impacto decisivo sobre as idéias e os atos.

4. Religiões

É preciso reconhecer que a metade dos atos de intolerância e fanatismo ocorre, quaisquer que sejam suas raízes profundas, em

nome da religião. Ainda que exista forte tendência a negar essa realidade e a reclamar exclusivamente dos fatores socioeconômicos, assistimos recentemente a conflitos nos quais as pessoas, apesar de relativamente abastadas e razoavelmente instruídas, reúnem-se em campos opostos para combater em nome de sua respectiva religião. Observa-se, além disso, em todas as grandes religiões, um aumento das seitas missionárias fechadas, que cultivam a alienação cultural, a dependência psicológica, o isolamento e a desconfiança mútua entre os indivíduos. Parece, apesar de tudo, que a solução para um bom número dos nossos problemas de intolerância está nas mãos, em grande parte, das instituições e autoridades religiosas.

Vemos desenhar-se no horizonte amplo consenso através do mundo, entre numerosos povos de nacionalidades diferentes, para formar, em função de sua própria cultura religiosa, três ou quatro grandes conjuntos religiosos. Assiste-se a um despertar incontestável da busca de identidade religiosa. A afirmação ruidosa de uma identidade religiosa pode provocar como reação, na vizinhança, uma afirmação muito provocante e militante por parte de uma pessoa ou de um grupo até então tranquilo e discreto. Essa busca de identidade nasce, além das fronteiras políticas, de uma insatisfação geral em relação ao tipo de sistema político no qual as populações se encontram submetidas. Uma das causas desta insatisfação poderia vir do fato de que os intermediários políticos, movidos por interesses pessoais apossaram-se dessas instituições políticas e que as pessoas não se sentem bem-representadas por eles. A reunião em torno de três ou quatro grandes culturas religiosas poderia criar três ou quatro zonas geográficas de unidade e de compreensão. Isso faria recuar a intolerância em geral? O que adviria das minorias religiosas no seio dessas zonas de homogeneidade religiosa? Que tipo de relações essas zonas manteriam? É muito cedo para responder a essas questões, pois essas

tendências fluidas não estão ainda completamente cristalizadas. Mas essa identidade cultural poderia fazer surgir uma unidade política e econômica.

Independentemente do que o futuro nos reserva, é agora que as autoridades religiosas devem empenhar-se para eliminar os germes da intolerância no espírito e no coração de seus milhares de adeptos. Em um mundo superpovoado, é desnecessário empreender uma corrida para a conversão religiosa. A liberdade de converter-se e a liberdade de converter os outros são duas coisas diferentes. Cada um deveria ser livre para exercer a liberdade de pensamento, de consciência e de religião ou de crença nas melhores condições possíveis. O mundo daria um grande passo à frente se todas as religiões conseguissem elevar sua vocação espiritual, a qualidade da existência e o nível de vida de todos aqueles que partilham essas diversas fés. Elas não deveriam buscar, a qualquer preço, a quantidade em detrimento da qualidade. É da responsabilidade de todas as religiões afirmar a unidade da família humana em sua diversidade e sua interdependência na paz. Os líderes religiosos se deveriam rivalizar entre eles para dar, pessoalmente, exemplo de tolerância, oferecendo-se como o cordeiro do sacrifício no altar da intolerância. No fundo, encontramos em cada religião numerosos exemplos nobres e estimulantes desse tipo, tanto no passado quanto em épocas recentes. A intolerância não pode ser vencida pela intolerância, já que multiplica a violência e cega os espíritos no caminho da verdade. E sem a luz da verdade para iluminar sua vida, o homem cairá na sombra da barbárie.

Um olhar para trás mostra-nos que foram iniciados esforços nesse sentido, em 1893, já que um primeiro Parlamento Mundial das Religiões foi realizado em Chicago, com o objetivo de promover o diálogo e a compreensão entre diferentes fés. O objetivo não é criar uma religião mundial única, nem submeter uma reli-

gião à hegemonia de outra e, menos ainda, deixar uma empresa privada lançar uma OPA sobre uma rival em dificuldade. O objetivo assemelha-se mais ao de uma câmara de comércio e de indústria mundial que acolhe em seu seio todas as empresas e trabalha para promover condições favoráveis para uma maior liberdade de comércio em proveito de todos, e que, por diversas técnicas de publicidade e marketing, busca ampliar o círculo de consumidores para o bem de todas as empresas. Por que os líderes religiosos não poderiam trabalhar juntos para a emergência de um clima que faria do início do século XXI uma era de espiritualidade que assistiria ao reinado de uma ética social e de uma cultura de paz no mundo inteiro? A felicidade de descobrir a harmonia subjacente a toda diversidade e o prazer de amar a vida em um mundo de paz e de justiça levariam, certamente, os seres humanos a um nível sempre mais elevado de consciência e de bem-estar. Que o Ano Internacional da Tolerância possa marcar o início desse processo.

VENDA PROIBIDA

Chelikani, Rao
Reflexões sobre

Chelikani, R
Reflexões so

179.9

C 392 R

Dep. Lesc

Imprensa Nacional

Este livro foi composto em Times New Roman 11/15
Impresso em fevereiro de 1999, na cidade de Petrópolis,
por Gráfica Serrana, para Editora Garamond.

Outros títulos editados pela UNESCO

Educação: Um tesouro a descobrir
Jacques Delors (coord.)

Nossa diversidade criadora
Javier Pérez de Cuéllar (coord.)

Ciência e poder
Federico Mayor e Augusto Forti (org.)

Gênero e meio ambiente
Mary Castro e Miriam Abramovay

Repensando o Estado para o
desenvolvimento social
Bernardo Kliksberg

Bolsa-escola: Melhoria e redução
da pobreza
Jacobo Waiselfisz, Miriam Abramovay e Carla
Andrade

Mapa da violência: Os jovens do Brasil
Jacobo Waiselfisz

Percepção dos jovens
sobre a violência nos meios de
comunicação de massa
Jo Groebel

Novos rumos para o ensino médio:
Brasil em perspectiva
Candido Alberto Gomes